

AS GUERRAS NAS MATAS DE JACUÍPE

Maria Luiza Ferreira de Oliveira
(História - EFLCH – UNIFESP)

Resumo: Neste artigo buscamos reconstruir os embates ocorridos nas matas do Jacuipe entre Pernambuco e Alagoas ao longo da década de 1840. Foram muitas batalhas envolvendo aquele território desde a Guerra dos Cabanos até 1850, com a prisão de Vicente de Paula e de Pedro Ivo, e a fundação de duas colônias militares na região, uma em cada província. Interessa-nos entender as disputas e tensões políticas que estavam em pauta, como a imprensa se envolveu nesse debate, assim como desvendar quem eram os guerreiros das matas, como viviam, como lutavam. Além da guerra travada no corpo a corpo, das balas, das trincheiras, das roças e casas queimadas, houve uma outra batalha pela construção de uma memória para esses homens. Pedro Ivo talvez tenha sido o mais disputado personagem: entre herói e bandido, entre líder de uma “regeneração política do paiz” e desertor covarde.

Palavras-chave: Guerras, Matas de Jacuípe, Pedro Ivo.

Abstract: This paper reconstructs the battles at the Jacuípe forest, between the provinces of Alagoas and Pernambuco in the 1840's. There were several battles there since the Cabanos War (Cabanada) until the early 1850's, when Vicente de Paula and Pedro Ivo were arrested and two military colonies were established in the area. One in each province. This study deals with the political disputes at the time, how the press became involved in those debates and attempts to identify the forest dwellers who fought in the war, how they lived, how they fought. Beyond the battles, the hand to hand struggle at the trenches, the burning of crops and homes of the so-called Cabanos, there was also a battle for the construction of a memory about those people and events. Pedro Ivo is maybe the most disputed personage in this battle. He has been portrayed both as a coward deserter and a hero of the liberals.

Keywords: Wars, Jacuípe Forests, Pedro Ivo.

“Quebre-se esse encantamento das matas”

Justiniano José da Rocha, 1849

Uma das tarefas que fazem parte do ofício do historiador é estabelecer periodizações. Esforço na maioria das vezes complexo, escorregadio, essencialmente teórico, pois vinculado a um desejo de criar uma imagem de uma realidade histórica multiforme. Ao periodizar e encaminhar a narrativa, imprimimos um ponto de vista específico, e contribuimos para desenhar uma imagem do passado.

Estabelecer início e fim de algum evento ou processo histórico não é apanágio exclusivo dos historiadores, ao contrário, muitos dos atores históricos procuram no calor da hora já construir marcos, buscando dessa maneira consolidar uma memória.

Quando começou e quanto tempo durou a Guerra do Jacuípe? Aliás, será que podemos nomear aqueles conflitos como guerra? Porque contemporâneos falaram que combatiam uma

guerra, muitos recursos foram mobilizados, e depois esses conflitos praticamente sumiram da memória coletiva?

Grande parte dos historiadores, assim como dos contemporâneos, indica que a Guerra dos Cabanos terminou em 1835, depois da caçada e da morte de milhares de revoltosos. Seguindo uma consolidada periodização, na região haveria depois a Praieira. Poucos referem nesse calendário as disputas na província de Alagoas em 1844, e as lutas que se seguiram, pois são consideradas brigas internas, autofágicas, sem repercussão ou dimensão política.

Conforme os atores e os espaços que olhamos, novas combinações aparecem, sugerindo diferentes articulações narrativas. Para tentarmos mostrar o que nos parece ser um novo desenho, vamos, no espaço desse artigo, começar no ano de 1842, início do Segundo Reinado. Nosso percurso seguirá até o início de 1852. Estamos nas Matas de Jacuípe, em Água Preta, em Porto Calvo, na fronteira entre as províncias de Alagoas e de Pernambuco, mas também em Maceió, no Recife e no Rio de Janeiro - espaços de produção da correspondência dos homens que nos deixaram as notícias dessa guerra. Interessa ao mesmo tempo reconstruir os eventos e entender as disputas e tensões políticas que estavam em pauta.

Manoel Felizardo de Souza e Mello, importante quadro do partido conservador, formado em matemática em Coimbra, professor da Academia militar da Corte, militar e político de ampla circulação nos postos do governo, chegou em Alagoas em 1840, depois de entregar a presidência do Maranhão para Caxias, no meio da crise da Balaiada. Saindo de Maceió, seria enviado a outra província chave no tabuleiro da pacificação política: São Paulo. Em 1848, foi para o Ministério da Guerra, pasta que guardou por também longos seis anos. Quando, em 25 de março de 1842, Manoel Felizardo entregou a administração da Província de Alagoas ao seu vice, observou:

O cabano Vicente Ferreira de Paula continua a dominar as matas que existem entre esta Província e a de Pernambuco, nos municípios de Porto Calvo e Imperatriz. O recrutamento e perseguição de criminosos tem dado à aquelle avultado numero de soldados. Creio porem que ele não intentará incomodar-nos, e que por ora sua ambição limita-se no goso do que possue, e no estado independente em que existe. Também nosso interesse he agora conservar o estado atual
!

Felizardo pintava um quadro com importantes elementos sobre como seria retratado Vicente Ferreira de Paula e o conflito. Em primeiro lugar, como cabano, referindo com essa qualificação a um passado marcado tanto pela guerra como pelo fim da guerra – esses eram tempos de paz – cabano era nessa fala um sobrevivente daquele mundo. Reconhecia, no

entanto, um território ao vencido – não era alguém que vagasse, errante, ao contrário, tinha o domínio sobre um espaço de todos conhecido, nesse espaço era independente, possuía algo que queria manter, ambicionava gozar essa independência – conquistada na guerra. Reconhecida a ambição do outro, a independência do outro, o poder do outro, recomendava ao novo presidente não mexer com ele, entendia ser a melhor política não cutucar a onça. Outro aspecto importante é a ideia que o grupo não era estanque, pelo contrário, crescia com os fugitivos do recrutamento (nomeados como soldados – a guerra subjacente, atribuída ao outro) e como não poderia faltar, “os bandidos”. E inseria um adverbio temporal dando uma dimensão estratégica: *nosso* interesse é *agora* não cutucar, ou conservar.

Meses depois, em novembro desse mesmo ano de 1842, um outro relato sobre Vicente Ferreira de Paula seria escrito, dessa vez pelo capuchinho Frei Plácido de Messina. A independência era de novo destacada: “exist[e] ali um povo numeroso, que desde a denominada guerra dos cabanos conservou-se separado de qualquer relações e dependências do Governo”. Ou seja, Messina referia-se a uma temporalidade específica, falava em quase dez anos de vida sem abraçar o governo. Depois de quatro dias de viagem, Messina chegou a Panelas, palco da guerra dos cabanos, terra de Timóteo, e foi de lá que mandou a primeira carta a Vicente. Foi em um domingo que o Frei Plácido recebeu Vicente “acompanhado de perto de 400 pessoas, afim de conduzir-me a seu arraial”. De Panelas foram mais dois dias de difícil viagem, em “matas onde os raios de sol não penetram ainda ao ponto do meio dia, e pela aspereza de montanhas íngremes, profundas grutas, que a cada passo oferecem ao viajante horrendos precipícios”. O local era na divisa entre Pernambuco e Alagoas, “pelo pico de Jacuípe, e que denominei Riacho do Mato”. Messina fala da fertilidade do lugar, da abundância de madeiras, do clima saudável, do povo numeroso, da pobreza em que viviam. Acabou ficando 20 dias “pregando, confessando, batizando, casei a infinitos que viviam na mais escandalosa mancebia”. Sobre Vicente de Paula registrou:

Esse homem é semi branco, e muito agradável pelas suas maneiras afáveis, e ainda que não instruído, é todavia de grande habilidade, assaz esperto, de um caráter firme, e constante em seguir a sua opinião, e com quanto que seja muito desconfiado, talvez pelas muitas ciladas (...) fiquei surpreso à vista da constante obediência e fidelidade que aqueles povos tributam ao mesmo Vicente como seu chefe, e minha admiração tornou-se maior, quando conheci que somente a afeição e simpatia produziu essa fidelidade, porque sendo Vicente Tavares tão pobre, miserável, como qualquer de seus companheiros, nenhuma paga ou salário lhes dá (...) semelhante gente é apta para ser com a minha prontidão civilizada²

Dois anos depois, Vicente Ferreira de Paula passaria a motivar um amplo esforço militar. Essa virada tinha relação direta com a sedição de 1844, quando Maceió foi ocupada no dia 5 de outubro e o presidente da província Bernardo de Souza Franco ficou por alguns dias refugiado “em um navio que não tem acomodação alguma, sem dinheiro, sem armamento, sem alguma tropa de 1^a. linha”, em frente de Maceió³. Retomando a administração em 11 de outubro, falou nos “dias de horror” que viveu e deu conta da mobilização das tropas vindas do Rio de Janeiro e de Recife para conter os sediciosos pela Província e ao mesmo tempo guardar a capital de novos ataques⁴. De fato, no dia 21 de outubro a cidade seria novamente atacada por “uma horda de salteadores capitaneados por Vicente Ferreira de Paula, a quem convidarão os desordeiros da Província, e acompanharão em numero que se orça em cerca de 1.200 homens”, o Presidente foi novamente para bordo de uma embarcação de guerra, mas dessa vez tinham tropas para defender a cidade⁵. Nos próximos dias, novas batalhas seriam travadas em outros pontos da Província, em Atalaia no dia 4 de novembro,⁶ nos arredores de Imperatriz no dia 18, no dia 30 o combate foi no Norte da província. No início de Dezembro avaliava-se que os rebeldes vagavam dispersos e a Província estava acalmada.

A situação foi vista como delicada no Rio de Janeiro pelo ministério e foi escolhido para novo presidente da Província de Alagoas o conselheiro Caetano Maria Lopes Gama. Tratava-se de um político de prestígio, e ao chegar logo causou comoção na Província. Gama tinha também legitimidade histórica pois participara ativamente da vida política local no período da independência, quando foi eleito presidente da primeira Junta Governativa de Alagoas, em julho de 1822.

Pouco tempo depois de assumir Lopes Gama informou ao ministério que vários chefes da sedição tinham já se apresentado para depor armas, mas ainda “não o fez o chefe dos salteadores Vicente Ferreira de Paula, que ainda se acha fora das matas com armas na mão para as partes de Porto Calvo⁷”. O Conselheiro viera do Rio de Janeiro com a ordem de anistiar os rebeldes.

O ápice desse processo de pacificação seria a rendição de Vicente Ferreira de Paula. E de fato ele veio para a cidade na noite do dia 10 de fevereiro, pois fora também anistiado, porém com a condição que deixasse a província. Gama afirmou que ele tinha “abandonado as mattas que lhe servirão de azilo”, mas na madrugada do dia 12 desistiu de se apresentar e fugiu. No encalço de Vicente saiu de Maceió uma partida a cavalo, mas nada conseguiram. Em seguida montou-se expedição de 100 homens da tropa regular e 450 Guardas Nacionais e

paisanos armados para “fazer ocupar os pontos que outrora forao por ele ocupados”, ou seja conquistar o território.

Lopes Gama ficou duplamente inquieto, tanto por ter perdido Vicente de Paula, quanto por querer voltar logo ao Rio de Janeiro. Considerava que tinha conseguido desarmar uma bomba, e o resto da tarefa seria bem conduzida em um primeiro momento por um militar, seu Comandante de Armas, que seria indicado como vice. O Conselho de Estado, no entanto, aconselhou que ele ficasse até o final das eleições, pois só assim estaria completamente “pacificada a província”. Lopes Gama revoltou-se com tal decisão, disse que esse processo seria muito longo, custando-lhe mais quatro ou cinco meses longe da Corte. Além do ofício, escreveu uma carta pessoal ao ministro do Império, na qual trata-o por

José Carlos,

(..)pretendia como ainda pretendo retirar-me para essa Corte o mais tardar ate o fim do corrente mez, tendo conseguido uma pacificação mais completa nesta Província do que o Barão de Caxias conseguiu em São Paulo e em Minas, onde não se demorou para providencias secundárias, como as de que trata a tua carta, e que qualquer outro presidente pode bem executar, a não ser a sahida de Vicente de Paula, de que logo tratarei. (...) O abalo da Provincia foi mais sério do que parece ao governo. Não foi um partido (...) não forão desses desordeiros de que tanto abundão as capitais, mas sim quase todos os senhores de engenhos, quase todos os proprietários e cidadãos mais grados dirigirão *a revolução* (...)

Havia já um certo protocolo de pacificações, com padrões e medidas de comparação – outros presidentes também acreditavam ser pacificadores. Mas o modelo era já Caxias. Passados alguns dias, Lopes Gama encaminhou cópias de saudações recebidas de várias câmaras municipais reunidas em sessões extraordinárias, destacando a habilidade do novo presidente e agradecendo por seu empenho e eficiência na pacificação⁸. Não era apenas ele que falava, eram as festas, os hinos, a Assembleia Provincial, as Câmaras.

Um mês depois, uma festa viera a calhar para recomporem-se as alianças e fortalecer a adesão ao Governo. O pretexto foi o nascimento do príncipe herdeiro – bom símbolo para um recomeço. Começou com as iluminações espalhadas pela cidade no dia sete de março. Na noite do dia nove houve um baile em que esteve presente o Presidente da Província, o Comandante das Armas, o Chefe de Polícia, a “brioza oficialidade da marinha, reunidas as principais famílias da capital”, e foi inclusive cantado um hino para agradecer Lopes Gama e o Imperador por “amnistiatar os Alagoanos, salvando-os da conflagração horrível”. No dia 11 houve missa, *Te Deum*, banda de música, uma parada militar com o Conselheiro à frente de toda a tropa, todos os empregados públicos e um grande numero de cidadãos respeitáveis – dali o presidente dirigiu-se ao Palácio e “teve lugar o Beija-mão ao som de música e das salvas das embarcações de guerra”. Um novo baile ocorreu nessa noite e um pianista compôs

a música para os hinos cantarolados no primeiro baile – um para a chegada de Lopes Gama e outro para o nascimento do príncipe herdeiro. Ambos foram cantados por um jovem de 15 anos “com excelente voz” e depois acompanhados por todos “no maior jubilo”⁹. Havia emoção e expectativa de sobra, mas nem tudo estava tão arranjado, como a grande parada militar podia fazer crer, com cada qual no seu lugar.

O vice-presidente prestou juramento, Lopes Gama foi embora deixando uma guerra armada. A decisão do governo foi de encaminhar uma apropriação daquele espaço, desarticulando o território que era cabano e também espécie de “ninho de caudilhos”¹⁰.

Essa tarefa não seria nada fácil. Era uma questão de geografia, mas também de ocupação e de luta – não havia apenas Vicente Ferreira de Paula e “seu séquito”. Havia outros guerreiros, outros líderes. O povo das matas não estava contra Vicente, como queria acreditar o governo¹¹. No primeiro momento foi cantada uma vitória fácil pelo pacificador Gama: “... alguns dos seus mais fieis aliados chefes estão hoje empregados pelo governo (...) por ventura se não possa conseguir a sua captura, ter-se-há conseguido o principal fim, a extinção do coito de vadios e facinorosos do seu séquito, que podia servir de núcleo de novas reuniões que apoiassem qualquer caudilho que pretendesse substituí-lo”¹².

No dia seguinte, no entanto, dessa vez não na carta para o ministro, mas para o seu vizinho o Presidente de Pernambuco, Lopes Gama sentenciava: “conhecerá Vossa Excelência que a *guerra é já inevitável*, pois que o fugitivo caudilho despistou por meio de guerrilhas que mandou colocar nas mattas de Jacuípe, a entrada de nossas Forças para o Riacho do Matto”¹³. Para justificar a empreitada, reconhecia, não sem constrangimento: “a horda de facinorosos, que por espaço de treze anos tem-se constituído, *por assim dizer*, como *potencia independente nas Matas de Jacuípe*”¹⁴. Contudo, Vicente Ferreira de Paula não habitava em outro país. Lutava com as mesmas armas, inserido naquelas províncias, naquele país.

Se seguirmos a opinião do Conselheiro Lopes Gama, poderíamos datar o início da Guerra de Jacuípe de 13 de fevereiro de 1845, e ao mesmo tempo remonta-la a 1832. Durante todo esse ano haveria forte empenho na campanha, com o auxílio de muitos recursos de Pernambuco. Já em janeiro Lopes Gama pediu à província vizinha a soma de 40 contos, “com urgência, para despesas que não se podem adiar”, no esforço ainda naquele momento de obter a rendição de Vicente F. de Paula. Duas semanas depois ele voltaria a pedir “com grande urgência” mais 30 contos. Ambos os pedidos foram atendidos, em pouco menos de um mês 70 contos tinham sido encaminhados só de Pernambuco para o combate nas matas, além dos armamentos, munições, farinha e soldados. A ânsia de “acabar com aquilo era grande, Lopes

Gama avisou seu vizinho que ofereceu quatro contos para quem capturasse o caudilho¹⁵, dizia que o empenho era por “prender ou exterminar” e recomendava que ele fizesse o mesmo.

Eram diversas as dificuldades enfrentadas pelas tropas. Apesar do Comandante das Forças Brigadeiro Henrique Marques d’Oliveira Lisboa, o vice-presidente, falar que “se nos devemos magoar por ter sido mister abrir a guerra, não podemos deixar de nos comprazer observando o inthusiasmo com que se alistão ao chamado do Governo muitos cidadãos, influindo para isto alguns dos principais senhores de Engenho”, a deserção era frequente. Lopes Gama pediu em março intervenção de Pernambuco para prender os guardas nacionais que desertavam armados e fugiam para Pernambuco.

Mesmo com recompensa tão alta sendo oferecida (nessa altura daria para comprar cerca de dez escravos jovens¹⁶), não conseguiam pegar o Vicente. Na correspondência trocada entre os oficiais em campo e o presidente da província, novos personagens surgem, ao mesmo tempo que conseguimos nos aproximar um pouco daquelas matas e entender quais eram as estratégias de guerra.

A guerra foi uma operação ofensiva disparada pelo governo. Foi marcada pela perseguição constante e pelo esforço de se apropriar de marcos daquele território. Os guerreiros das matas evitavam o confronto, mas se defendiam e também conseguiam algumas vezes retomar a posse de um ponto. Era uma guerra de boatos e informações, os comandantes de batalhões iam seguindo pistas a partir de informações que colhiam, de onde estaria Vicente: ao chegarem no local, ele não estava mais. Vão aparecendo na documentação diversos “pontos” – a tomada do ponto do Trapixe e da Serra do Trapiche foi marcada por “vigorosa disputa”, as tropas do governo tiveram 16 feridos, houve mortos entre os rebeldes. O ponto do Espinho, “ultimo acampamento onde esteve Vicente” foi tomado no dia 17 de março “sem quase resistência”.

Um combate grande se deu no dia 21 de abril de 1845 nas proximidades do sítio Taquarinha. Acompanhemos mais de perto o relato. Às três da manhã saiu do acampamento de Riacho do Mato, quartel das “Forças em Operação nas mattas” (nessa altura eram 800 homens), uma força de 200 homens comandados pelo “bravo capitão Antonio Leal de Barros”. Às sete horas do dia entraram no “denominado sitio Taquarinha”. Note-se como eram grandes as distâncias, foram quatro horas de caminhada para atingir esse ponto. Ao chegarem, não encontraram ninguém, mas “uma grande porção de mandiocas partidas, bananas e mais alguns indícios de que os inimigos tinham a pouco estado ali”. Os soldados perscrutaram ao redor, nas estradas vizinhas ao sítio, e ao passar o riacho de Maracá

principiou o fogo “do bando dos inimigos que então se achavam abrigados por uma grande trincheira ou grossos paos”.

Os “salteadores” foram recuando, a “força os seguiu encontrando constantemente muitas guerrilhas e sofrendo sempre vivo fogo e depois de uma marcha de duas legoas e meia e de tomarem quatro trincheiras” chegaram “ao pé da Serra Caribó, que era onde estavam o grosso de suas forças”. Depois de “aturado fogo”, “fugirão completamente debandados” – e o coronel diz que foi por um triz, pois seus homens já estavam praticamente sem munição. Fugiram, deixando muito para trás: cavalos, galinhas, ovelhas, e “uma grande porção de massa seca de mandioca”¹⁷.

Os revoltosos tinham um modo de lutar que envolvia muita carpintaria e também estratégia. Construíam diversas dessas trincheiras para se abrigarem e dificultarem o avanço das tropas, além dos ranchos nas guerrilhas. Seria preciso muitos homens para construir tantos pequenos ranchos e, é preciso ressaltar, muitos envolvidos no mesmo projeto, no mesmo plano. Chama a atenção a diversidade de animais – criar galinhas e ovelhas pressupõe algum enraizamento, uma previsão de estabilidade. Como observou o escritor Guimarães Rosa, no seu *Grande sertão: Veredas*, “quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas. (...) Pergunto: Zé-zim, por que é que você não cria galinhas d'angola como todo mundo faz? Quero criar nada não... me deu resposta: eu gosto muito de mudar...”.

Ao final da batalha, na hora de contar as perdas sofridas e verificar os danos causados, o coronel disse que o governo teve “apenas cinco feridos”, e os “inimigos deixarão quatro mortos e pela grande abundancia de sangue encontrada em diversos lugares, calcula-se em quinze a vinte o numero de mortos que não se achavão por que elles tem um cuidado imenso em carregar e esconder nas mattas os corpos mortos”. O coronel avaliava que dessa vez a vitória tinha sido maior, tanto pelos revoltosos terem precisado deixar alguns mortos para trás, como também por suas tropas terem incendiado as casas que ali havião, assim como “os ranchos que tinham nas guerrilhas que montavão a mais de setenta colocadas todas em certas distancias”¹⁸.

Os feridos das tropas do governo foram quatro índios de Jacuípe e o capitão dos índios do Cocal, Antonio de Souza Salazar. Ele comandava o 4º. pelotão e “portou-se de um modo que cada vez mais confirma o bom conceito que dele faço”. O apoio dos índios nas tropas do governo era visto como essencial, foi importante na Guerra dos Cabanos, continuava sendo agora. Dessa vez a adesão foi celebrada, Salazar motivara as palavras confiantes de Gama

para o ministério, quando disse que Vicente perdera apoiadores para o governo. Mas havia também índios de Jacuípe com Vicente, como por exemplo Maurício.

Depois de “destruídos os inimigos”, voltaram ao sítio Taquarinha. Lá não encontraram mais ninguém, apenas quatro sepulturas bem recentes. Se antes o coronel disse que escondiam os mortos nas matas, mais tarde precisou dar conta que enterravam os seus mortos – mas esses vestígios não eram tão claros e driblavam o governo. O coronel achava que eram os mortos da batalha por outro ponto, o da Serra do Trapiche.

O que seriam exatamente esses "pontos"?

Esses pontos parecem assumir diferentes sentidos. Parte das vezes referem-se a lugares estratégicos, talvez por serem mais freqüentados, ou por serem uma espécie de entroncamento, por exemplo, o Ponto do Roçadinho – qualificado como o melhor lugar para entrar nas matas. Difíceis de definir, mas nos dizem da ocupação desse território – falar em matas não significa falar só em floresta, nem em espaço de esconderijo, de fuga. Havia plantação, havia animais, havia casas, havia sítios, roçados, e também havia guerrilhas, trincheiras. Ou seja, ocupavam e defendiam aquele espaço, e não eram pessoas destituídas de qualquer recurso. E eram muitos. São diversos os pontos, são diversos os sítios, os mandiocais, as trincheiras e também os ranchos nas guerrilhas!

Eram também diversos os líderes. Vicente de Paula não estava sozinho. Manuel Valentim e Maurício eram lideranças entre os índios. Ignacio Teixeira e o Alferes Xiquinho eram outros importantes líderes. Poucas são as informações que restaram sobre eles – mas as pistas mostram tratar-se de lideranças fortes. No dia 3 de junho no ponto do Taquara, o Major comandante militar soube pelo Capitão Anselmo que Vicente Ferreira de Paula estava nas “mattas da Fortuna, até o espinho da Mumbuca, em uma grota, e que estava enguerrilhada”, além de ser difícil o acesso, e imprecisa a localização, complicava-se a expedição pois não muito distante dele estava o “intitulado Alferes Xiquinho, que posto não estejam reunidos, comunicam-se e socorrem-se, sendo informado que o Xiquinho está bem municiado”. Novos fatos viriam no dia seguinte. O Capitão Anselmo contou que “os *papameis* tinham roubado mandioca em seu roçado”, quando pegos “já tinham roubado para mais de duzentas covas, hindo já em retirada”, a “guerrilha que era comandada pelo paisano sobrinho do Cap. Anselmo rompeo fogo apenas conseguindo que deixassem o roubo, deixando também hua baioneta, hum machado e 3 facas, sendo uma delas reconhecida por pertencer ao intitulado Alferes Xiquinho, não tendo podido perseguir os rebeldes pela escuridão da noite¹⁹”. Em outros documentos Alferes Xiquinho era referido como “constante aliado” de Vicente.

O major Castel-Branco ficou preocupado com a segurança daquele ponto, para ele “hum dos de maior importância”, não só pela proximidade do inimigo, mas também pelos roçados de mandioca. O Capitão que ali ficara não confiava em seus soldados, sentia-se frágil, Vicente estaria por perto e já tinha feito ameaças de retomar o ponto. O major afirmou que “do capitão nenhuma duvida pode restar sobre sua adesão a causa do Governo”, por isso pedia pela ajuda do 2º. Batalhão, ao mando do Capitão Pedro Ivo.

Quinze dias depois, nas proximidades do Espinho, era vez do Coronel Comandante Jacinto Paes de Mendonça mandar notícias. Saíra de Riacho do Mato às 3 da manhã com uma força e chegara para acampar no Espinho uma hora da tarde – dez horas de caminhada...! Ali chegando encontrou muitos vestígios dos inimigos (embora esse ponto já tivesse sido “tomado” em março), e por isso dividiu suas forças em duas, uma marchou para explorar as matas ao sul, outra ao norte. Uma das forças enguerrilhou-se a ¼ de légua do acampamento, e depois de quase uma hora ali

virão vir 9 a 10 *papameis* com um homem que trazia chapeo de couro, calça parda e jaqueta parda e com um clavinete no braço direito muitos dos soldados de Jacuhype dizem que conhecerão ser este homem o Vicente

Houve fogo, “uma descarga serrada sobre ele, os malvados fugiram deixando muito sangue em diversas partes, ahi achou-se uma faca aparelhada de prata, que dizem todos ser uma das que tinha o Vicente”. O Coronel Jacinto acreditava na informação pois o Sargento da Companhia de Jacupe disse que ele a tinha vendido ao Vicente, “por um quartão”, e também “o cabano que me serve de guia conhece a faca”²⁰.

Aquele que habitava cotidianamente a imaginação daqueles homens, de repente aparecia carregado de símbolos. Vinha todo vestido, protegido por jaqueta e com chapéu de couro, e deixava para trás um objeto único, reconhecível, simbólico – todos podiam dizer que era dele a faca de prata. Também a faca do Alferes Chiquinho todos reconheceram.

Os três principais líderes andavam cercados pelos chamados papa-méis – todas as vezes que foram vistos, estavam com alguns deles. No dia 25 de agosto de 1845, ao pé da Serra do Teixeira, praças encontraram “um papa-mel de nome Luis (...) este negro diz que estava com Ignacio Teixeira e mais quatro papa-méis”. Disse também que Vicente Ferreira de Paula estava com cinco papameis e dois pardos, e “nunca parava mais de dois dias no mesmo lugar”²¹.

Muitos desses guerreiros eram negros, eram os “papa-méis”, em geral escravos fugidos²². Outro núcleo importante eram os desertores, tanto os que abandonavam as armas

como os que fugiam do recrutamento – as matas eram também um espaço de liberdade. Capturaram um desertor e descobriram que estava há três anos morando ali. Talvez o Alferes Chiquinho fosse um desertor, embora isso não apareça em nenhum relato, e os desertores eram procurados, fichados – mas é sugestivo que fosse sempre tratado com a patente.

A agilidade era atributo fundamental para sobreviver nessa guerra – esgueirar-se, sumir na mata despistando os soldados, andar em trilhas a pé, pois muitas não comportavam animais, entrar dentro de grutas camufladas na mata. Era preciso confiar muito em seus homens para se meter em uma gruta e ali ficar escondido. Eram muitas as grutas, são muitas as serras que aparecem – Serra do Seribó, Serra do Trapiche, Serra do Teixeira....

Os comandantes das tropas do governo estavam sempre atentos com os soldados da Guarda Nacional, sua lealdade estava em pauta, ainda mais em região que tantos desertores já vinham se abrigando. Mas as fronteiras eram fluidas – as tropas precisavam dos homens dali, eram os que conheciam aquele mundo, eram os que traziam informações. Tinha sido o Sargento da Companhia de Jacuipe que antes vendera a faca ao Vicente de Paula, o próprio coronel comandante das operações no Acampamento do Riacho do Mato utilizava um cabano como guia.

Tomar posse dos pontos significava também destruir o que aqueles homens tinham construído. O Coronel Jacinto, ao sair do Espinho no amanhecer do dia 27 de junho de 1845, subiu pela margem do rio Taquara e foi encontrando “muitas barracas novas, e indícios que andaram por ali os inimigos”, até chegarem no local chamado Vira-Mulambo, onde acamparam. Ali o Coronel Jacinto ficou surpreso por achar muitas casas grandes, uma casa de fazer farinha e várias plantações – mas os moradores tinham fugido. Explorou a região e depois destruiu tudo que havia, para “ir tirando recursos aos inimigos”. Saindo desse ponto foram para Santa Cruz, onde de novo encontrou grande numero de casas, um barracão que servia de Igreja “muito melhor do que a do Riacho do Mato”, e também muitas plantações. Todo o trajeto tinha sido feito a pé, pois sempre dentro das matas, onde não havia caminho, os víveres eram conduzidos nas costas dos soldados. Mais uma vez: “destruí tudo quanto achei”. E arrematava: “cada vez mais me convenço que o caudilho Vicente não tem habitação certa, e anda de lugar em lugar”.

Algumas mulheres conseguiram ter sua atuação registrada nos papéis de tantos homens. Não obtiveram destaque, mas a simples menção em uma, duas cartas, indica-nos que circularam naquela guerra. As tropas buscavam os familiares dos revoltosos. Em 1845, o governo soube do contato do capitão Salazar com a Antonia, dita amasia de Vicente, e foi autorizada uma negociação através dela, mas quando foram com as tropas ao seu encontro, ela

não estava no lugar combinado, não a encontraram mais. Boatos correram que Vicente mudara ela de lugar. O Alferes Chiquinho teve o paradeiro de sua mulher e filhas descoberto e para protegê-las levou-as ao sítio de D. Josefa, para os lados de Garanhuns. Ela tinha “relações de amizade antigas” com ele e com Vicente e os apoiava. Por alguma razão ela aparece na correspondência com o Dona, “quem o mandara buscar foi hua mulher denominada D. Josefa (...)”²³, ou “o Chiquinho fora ao Calumbi levar a família para caza d’essa D. Josefa”²⁴.

Temos notícia de uma certa Maria Baptista que participava do grupo de Vicente de Paula. No dia 29 de junho de 1845 estavam o coronel Jacintho e outros na casa do Capitão dos Índios Anselmo quando chegou Maria Baptista bastante nervosa. Ela contou que vinha com Vicente e mais seis papameis “em procura de um mandiocal e ver uns arroz que tinham botado no Rio”. Disse que depois de atravessarem o rio, quando subiam a ladeira, Vicente que ia na frente parou e em seguida ouviram uma porção de tiros, Vicente caiu pela ladeira abaixo, ela saiu correndo, todos fugiram dispersando-se. Em sua fuga, Maria Baptista encontrou “hum dos negros muito chorozo dizendo que ele [Vicente] tinha morrido e que hia por isso procurar fugir para fora das mattas”²⁵. Essa notícia deixou o Coronel Jacinto muito animado, pois combinava com o fato de terem achado a faca – a opinião ali compartilhada era que ele só abandonaria aquele objeto morto²⁶. Só no final de agosto souberam que ele estava vivo.

Aqueles que andavam com Vicente conheciam Anselmo, morador na região. E no relato, mais um elemento do modo de vida nas matas aparece: os mandiocais que eram plantados em diversos locais, o arroz na várzea do rio. E sempre a companhia dos papa-méis.

No segundo semestre, diminuía as forças do governo nas matas, mas mantinham ainda tropas e um quartel no Acampamento de Riacho do Mato – em dezembro eram 384 soldados ali destacados (sendo 8 índios). Nos meses de novembro e dezembro novas partidas, novos encontros como os que relatamos acima se repetiram, plantações queimadas, casas destruídas. Em dezembro o Major Comandante das operações traçou um plano para o Ministro da Guerra das forças necessárias para acabar com a guerra, mostrando intimidade com o espaço e propondo uma classificação do território, ao mesmo tempo definindo qual era o *sistema* dessa guerra:

... na villa de Imperatriz 40 praças, o mesmo número nos Pontos de Roçadinho, Taquara e Macaco²⁷; 24 praças em Jundiá e Jacuípe e no acampamento de Riacho do Mato pelo menos 200 homens, por ser o centro das operações, e este acampamento não se pode guarnecer com

menos de 50 homens vindo a ficar 150 disponiveis devendo estar esta força sempre pronta a marchar pois *sendo o sistema de guerra* o ter partidas constantemente em explorações convem logo que se recolha huma sahir outra²⁸

Na mesma época, também chegou a notícia ao ministério da Guerra da prisão de Ignacio Teixeira e Manuel Valentim, e o Major disse que eram prisões importantes pois eram os “encarregados de comprar pólvora e chumbo”. Também noticiava que tinha pedido ao delegado de Camaragipe a prisão de “Lourenço de tal, filho de Antonio Tungão, que havia saído do bando do intitulado Alferes Chiquinho”. Este continuava pelas matas, no dia 9 de dezembro o Capitão de Índios Salazar estava com a tropa enguerrilhada em um caminho e encontrou-se com ele, houve fogo, mas Alferes Chiquinho e seus homens “desapareceram com a velocidade de um raio, sem ao menos deixarem leves indícios”²⁹.

Em seguida desse episódio o Major concedeu licença ao Capitão de Índios Antonio de Souza Salazar “com o resto de sua gente” para passarem a festa, mas dizia que precisaria deles no começo do ano, “em consequência de eu não ter bons guias conhecedores das mattas a fim de conduzirem as tropas”, deixando escapar um certo desconforto com essa aliança: “se os tivesse pediria a V. Excia permissão para dispensar *essa gente*, que faz grande despesa a Fazenda”.

Mas o encaminhamento da guerra no começo de 1846 foi diferente. O novo presidente da província, Antonio Manuel de Campos Mello, não confiava no Major Castel-Branco, seguiu diminuindo as forças destacadas e queria o desarmamento geral da província³⁰. Começava descrevendo uma situação de quase completo desgoverno e abuso de autoridades em diversos locais da província, não havia a “paz dos partidos, havia violência e desrespeito cotidiano às leis”. Para conseguir a entrega das armas liberou o recrutamento – aqueles que se recusassem a entregar as armas, eram recrutados, “pobres ou ricos”. Campos Mello era um político do partido liberal, vinha de São Paulo, onde tinha sido deputado provincial, dos mais votados, e juiz de paz. Foi depois presidente do Maranhão e ministro da justiça em 1848. Não tinha a carreira nem o prestígio do Gama, e sobretudo era de fora³¹. Ficou bastante tempo na presidência, de novembro de 1845 até agosto de 1847.

É muito significativo que ele tenha inserido um tópico no relatório para a Assembleia com o título “Guerra das Mattas de Jacuibe”. Reconheceu a existência do conflito em registro impresso, público, em grossas letras maiúsculas. Campos Mello dizia que a experiência tinha mostrado que manter tropa de 400 homens de linha estacionados “no coração dessas mattas” causava enorme dispêndio aos cofres, derramava muito sangue e trazia poucos resultados. O

corte foi radical, deixou apenas “um forte destacamento de 150 homens”. Diz que resistiu a muitas reclamações e tentativas de assombrar, acusa que cartas oficiais chegaram a falar de grandes combates recentes com as forças do Vicente de novo recompostas. Campos Mello não acreditava no uso da força apenas, pois não adiantaria matar o Vicente e outros líderes se as matas permanecessem da maneira como estavam. Sempre viriam novos “caudilhos”. O único meio de combater as “verdadeiras causas” era mudar as matas. Era preciso olhar de outro ângulo. Ver que as matas eram “tão ricas e férteis, com rios navegáveis até o mar para exportação”. A solução seria estabelecer ali um ponto de apoio, ou de segurança, “para serem habitadas: bom seria tentar ahi o estabelecimento de algumas pequenas colônias militares, em breve haveria afluência de povo”³². Não era mais o caso de agir como Manoel Felizardo e Mello recomendava em 1842, respeitar a fronteira, o aviso de não perturbe. Mas a guerra também não era a saída.

O ministro da justiça José Joaquim Fernandes Torres apoiou essa decisão e em seu relatório para a Assembléia Geral nesse ano de 1846 fez eco: tantas tropas significaram “muito dispêndio da fazenda pública, pouco resultado útil”³³. Em 1846, após o final da Farrroupilha, seria muito incômodo falar em revoltas ou em sedição em alguma província, a paz reinava, a paz dos partidos. Nesse documento, vai falando da segurança individual, elencando assassinatos e roubos em diversas províncias, e no meio entra Jacuípe. Assim, ao longo do relato sobre os destacamentos para prender bandidos, o ministro joga a informação dos 200 homens em Jacuípe, “para conter o caudilho Vicente Ferreira de Paula”. O esforço era para enquadrar Vicente Ferreira de Paula em uma outra narrativa, desvincular da Guerra dos Cabanos, desvincular da palavra sedição, desvincular da tentativa de derrubar o governo da Província em 1844. Ele era agora nada mais, nada menos do que um “bandido”.

Mas uma coisa era difícil de esconder: se não tinham perdido, também não podiam cantar a vitória. Ainda não tinham Vicente Ferreira de Paula, depois de um cerco apertado, com muitas tropas circulando, autoridades das redondezas auxiliando. Nem com os quatro contos oferecidos como recompensa.

O novo presidente, que viera de São Paulo e chegara para garantir a paz política, não atingiu exatamente essa meta. Em janeiro de 1847 escapou de uma conspiração e por pouco não foi assassinado, junto com o Chefe de Polícia. A conspiração fora prevista para a noite do dia 29 de janeiro, no Teatro, quando seriam mortas as duas principais autoridades da província e depois saqueada a cidade³⁴. Campos Mello avisou seu vizinho em Pernambuco, muito assustado, no dia 28 de janeiro, e disse que dois oficiais, um cadete e três sargentos estavam já identificados e presos. José Joaquim de Araujo Lima Rocha³⁵ estava implicado na

maquinação, assim como o senhor de engenho e Comandante Superior da Guarda Nacional Lourenço Cavalcanti de Albuquerque Maranhão, que foi demitido. Havia mesmo fortes suspeitas sobre o vice-presidente José Paulino d’Albuquerque Sarmiento. Campos Mello ficou muito preocupado com a manutenção do Batalhão de onde vieram os sargentos e oficiais implicados, e sugeriu ao Ministro da Guerra para deslocá-lo. E aquele que tanto falara contra as tropas, agora pedia assustado: “se sabotado plano não pode ser um facto isolado, cumpre ter aqui pelo menos 800 praças”³⁶. Campos Mello disse: “creia VExcia que tudo estaria nadando em sangue se felizmente não fosse descoberta e cumprida semelhante conjuração: creia mais que a não serem tomadas as providências a tempo para conter-se os índios de Jacuipe, poderíamos ver recomeçada essa famosa guerra”³⁷”

A disputa política voltava, não dava para entender o plano do atentado de outra maneira. E o perigo crescia, pois “era época tormentosa das eleições”, as paixões estavam soltas, ainda mais “temíveis depois que as discussões do Parlamento agitarem o paiz”³⁸. E de novo Jacuipe aparecia como região de perigo, agora concentrado nos índios. Aliados e inimigos, a fronteira era fluida.

Nos primeiros meses de 1848, uma nova ação armada dos conservadores seria tramada, buscando dessa vez derrubar o governo liberal em Pernambuco. Viria da região de Bonito a articulação dos *Guabirus*, que tinham se aliado aos *Moraes* para atacar o governo. Houve também articulação de forças no Cabo, nos engenhos de João do Rego Barros e Agostinho Bezerra, assim como em Escada: o engenho de José Pedro Velloso da Silveira seria o bastião dos revoltosos. Fortificado, “o castelo feudal” juntava todas as forças dos insatisfeitos senhores de engenho – diziam ser 1000 homens. Ali a luta foi dura, muitos morreram³⁹. Pedro Ivo escreveu de Água Preta para o tenente Mavignier, legalista, avisando que “os Guabirus apresentarão a revolução em campo, e uma força deles capitaneada por Padre Campos, os Moraes, João Guilherme, tomaram Quipapá, seguiram por São Benedito, Panellas, entrando nas matas do Vicente de Paula”. Por sua vez, o capitão Espíndola conversou com Vicente de Paula no dia 2 de março, e ele disse que “vários agentes do partido oposto ali o tem ido catequizar, fazendo-lhe grandes promessas, porem ele disse-me que sua palavra está dada, e que com ele não contam e nem com gente sua”. Perguntado sobre a presença do Padre Campos em sua casa, Vicente de Paula disse que o convidara para estar ali, para batizar-lhe um filho. Disse também que os Moraes foram convidados para o partido do Barão, e que para lá foram. Em outra carta sobre Vicente de Paula, o capitão Espíndola acrescentava uma informação importante: a abertura da estrada motivava boatos, “o partido contrário o tem feito persuadir que uma estrada tão larga é para meter artilharia na mata, e que

o governo quer estabelecer uma colônia de 2.000 estrangeiros para apoçar.....muito me custou persuadi-lo do contrário”⁴⁰.

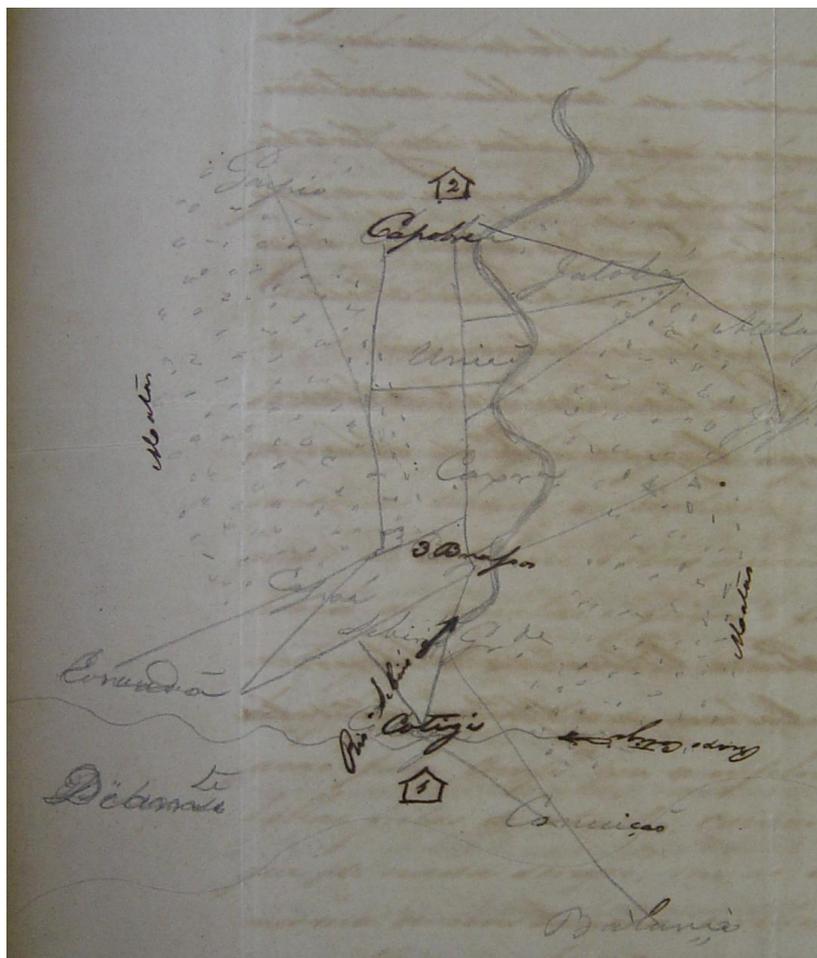
Nesse momento, a situação era diferente. Vicente de Paula tinha aceito o cessar fogo oferecido por Peixoto de Brito, que foi pessoalmente nas matas falar com ele. A preocupação era com novos conflitos e com novas possíveis alianças – o governo liberal estava preocupado que Paula tivesse cedido aos conservadores. Ele deixou claro que seria fiel ao governo, pois este atuava em nome do Imperador. Da mesma maneira não se aliou aos praieiros alguns meses depois. Ao mesmo tempo, estava inteirado dos novos projetos e preocupado com o seu povo, que perdessem a terra para novos colonos.

Novo capítulo, as matas e a Praieira

Um novo período de forte embate militar nas matas viria após novembro de 1848. Esse seria o último, com novos atores em campo – na verdade alguns já tinham participado dessa guerra, mas agora voltavam em outra posição, com novo papel. Vencidos os rebeldes no Recife, a guerra continuaria intensa nas matas. Agora, não apenas as Matas de Jacuípe, mas diversas Matas, as Matas dos engenhos, Três Braços, Caxoeira, Capobré, União, Seribó, Gaipió, Cassoá, Cotigi, Jatobá... muitos deles ao longo do rio Sibiró. E outros na margem do Una e proximidades, Matas do Tabocas, Japarutuba, Limoeiro, Mangibeira, Almoega.

O “intitulado” Capitão Estevão, lavrador de Capobré, é um dos novos personagens que aparecem nessa etapa da guerra. Na madrugada do dia 16 de fevereiro de 1850, as tropas saíram do engenho três Braços para Capobré, “a estrada é toda por um corgo e flanqueada de dois montes íngremes e pedregosos, os rebeldes estavam postados em diferentes guerrilhas nos lugares mais pedregosos dos montes, durou esse ataque três horas”. Depois de pernoitarem no acampamento de Sibiró, saíram as cinco horas da manhã para o caminho do União, encontrando uma forte guerrilha comandada pelo Capitão Estevão, houve combate e desse fogo resultou a morte do líder. A morte do Capitão dispersou essa guerrilha e todas as mais que “embaraçavam a estrada”. No dia seguinte, no monte fronteiro à porteira do Engenho Capobré, encontraram ainda uma outra guerrilha, houve um “renhido” combate, ficaram quatro rebeldes mortos no campo, um dos quais era desertor do 6º. Batalhão de caçadores. Acharam ali munição, “baleiros, taixos de derreter xumbo, papel fio e outros objetos bélicos e de uso doméstico daquele caudilho”.

Para aproveitar o “dezacorçoamento” no ânimo dos revoltosos, no dia seguinte foi atacado o ponto do Jatobá, o local estava bastante fortificado, tinha “paliçadas de madeira, escavações”. Os rebeldes fugiram, foram incendiadas as paliçadas e destruídas as fortificações. Nesse mesmo dia mais tarde, quatro rebeldes morreram, “por não quererem se entregar, entre estes um era desertor de 1^a. linha”⁴¹.



Mapa enviado pelo Cel. José Pedro V. da Silveira para Honório C. Leão, junto com as cartas descrevendo as batalhas ocorridas na região. Legenda, escrita por ele (em seu português precário): “Eis os dous castelos dos liberaes fantásticos está a campado no 2º. o Ten Souza edevendo acampar outra força no 1º. para trazerem sempre partidas explorando as Matas está acampado o Ten. Goaraná em 3 Brassas..... E Antonio Affo tira as famílias em Cotigi e logo siriao que o Offial afendia sua honestidade pr que essa gente p caluniar infamão as famílias...” APEJE, GN 13, fl.147.

O lavrador Estevão de Capobré, Caetano Alves, Pedro Ivo, Miguel Affonso, o índio Mauricio de Barros Rego, Alferes Maniva, José Gabriel, eram os líderes de tropas que lutaram sem descanso durante mais de um ano no sul de Pernambuco, na fronteira com Alagoas, nas Matas de Jacuipe, envolvendo os entornos de Água Preta, Imperatriz.

Por outro lado, podemos considerar que nessa altura eram já pelo menos cinco anos de acúmulo e transmissão de saberes da guerra nas matas entre os homens que lutavam ali: botar

guerrilha, fazer paliçadas, escavações, montar ranchos, preparar munição derretendo chumbo, preparar armadilhas, espalhar plantações. Isso sem falar no domínio dos esconderijos, as melhores grutas, os caminhos mais propícios. Mesmo que novos revoltosos chegassem, havia ali um saber compartilhado de como fazer guerra – e alguns, como Vicente Ferreira de Paula, faziam isso há quase vinte anos.

Nesse momento da guerra, as matas são ampliadas, os oficiais destacados vão dando sempre como referência de localização algum engenho⁴². Perto de Igarassu, depois de conseguir informações com um rebelde prisioneiro, acharam “uma casa no interior da mata em que fabricavam cartuxame”, houve fogo “sobre forte guerrilha”, os rebeldes tinham “trincheiras e rancho de palhas que mandei demolir, talvez para duzentas pessoas”, tudo isso entre os Engenhos do Meio e Araripe de baixo⁴³, quando buscavam as forças do “Cabecilha Moraes”.

Outros líderes também apareceram, mas tombaram antes, como Pedro Grosso, chamado de “caudilho”, líder na região de Água Preta – foi morto no combate do dia 9 de março de 1849 – o governo avaliou que os rebeldes daquela região também se “desacorçoaram” com a perda de seu chefe, por isso teriam abandonado a Villa, “os rebeldes não aceitaram o combate, desampararão cobardemente a mesma Villa”, eram cerca de 400 rebeldes, mas com pouca munição e abatidos. Inclusive alguns procuraram o quartel para se render, “protestando emendar seus erros”⁴⁴.

Esse foi um dos momentos em que o governo ganhou ânimo, e o Presidente entendia viver um marco, depois das forças legais terem entrado em Água Preta, retomando aquele ponto estratégico: “julgo que se poderá dar brevemente por finda a revolução, e então irei diminuindo a força destacada...”⁴⁵. Era o dia 26 de março de 1849. Ainda haveria muito sangue para ser derramado. Exatamente um ano depois, Honório Carneiro Leão diria que “a guerra civil que assolava essa Província parece próxima a terminar...”⁴⁶, significativamente, não falou mais em revolução, embora guerra civil fosse cheio de camadas de sentidos para os homens daquele tempo. Mas acrescentou em ofício reservado que gostaria de “poder assegurar a Vossa Excelência achar-se destruído no todo o germen revolucionário”⁴⁷. Não parecia tão confiante.

Antonio Nunes Aguiar não estava equivocado se pensarmos que grande parte da guerra daí em diante ocorreria sobretudo em Pernambuco. Sua confiança fez com que em abril ele dissolvesse batalhões da Guarda Nacional que formavam o total de 2.232 praças destacadas, deixando 552. A mobilização militar tinha sido muito expressiva. Quando chegou em Porto Calvo, no dia 21 de fevereiro de 1849, encontrou “apenas” 384 soldados, muitos

guardas nacionais haviam desertado, assim como índios. Logo, no dia 1 de março, avisava ter conseguido arregimentar uma tropa de mil homens, atraindo a adesão de proprietários antes reticentes para a causa, e através da garantia da ração de carne e farinha e do pagamento. Entre eles estavam voluntários engajados com seus próprios cavalos, estes recebiam pagamento maior. Não muito tempo depois seriam mais de 2.000 homens, com acampamento centralizado em Riacho do Mato, em mobilização que envolvia tropas de Pernambuco também.

A situação era percebida como tensa, o investimento financeiro para pagar e alimentar tantos homens não foi pequeno. O presidente de Alagoas passou a despachar do Engenho Novo de Porto Calvo, no teatro dos acontecimentos. Por esses dias, o Coronel Alecrim desembarcou com cerca de 20 companheiros na povoação do Abreu, trazendo munição e armamento em duas barcaças aos rebeldes, reunindo-se com índios desertores, internando-se nas matas. Uma partida do governo foi mandada para a região e descobriram em Barreiros cerca de 100 índios armados. Na busca dada nas casas dos moradores do Engenho Mangibeira, viram que os homens tinham se unido aos revoltosos; por ali acharam só mulheres, e apreenderam armas. O presidente da província de Alagoas estava muito preocupado com esse pouco controle do governo sobre essa região, e com o “transito continuado” no corredor formado pelo rio Una, “desembarque como ha acontecido, que Barcassas carregadas de emigrados, armas e munições tem ali aportado sem encontrar o menor obstáculo”⁴⁸, vinham pelo litoral, para as povoações de Abreu, São José da Coroa Grande, Barreiros, até Água Preta. Sal, munições, armas e novos combatentes chegavam por esse caminho – inclusive vindos de outras províncias.

Em ofícios bastante alarmados, Antonio Nunes de Aguiar confessava: “devo expor que tenho mandado castigar corporalmente a alguns desertores da Guarda Nacional destacada, e esta medida tem contido as deserções”. Tomou outras medidas que revelam a ansiedade pelo fim do conflito. Ofereceu perdão ao índio Maurício e à sua gente, para abandonarem as fileiras rebeldes e juntarem-se na causa de Sua Majestade Imperial, assim como um novo perdão a Vicente de Paula.

A estratégia de perdoar líderes cabanos não surtiu os efeitos desejados. O índio Maurício respondeu de Água Preta que não podia aceitar pois era habitante de Pernambuco e de nada lhe valeria a anistia do presidente de Alagoas. E acrescentou demonstrando sua visão política: “das autoridades locais de Porto Calvo melhoramento algum se pode esperar para os povos desta província”⁴⁹.

Vicente Ferreira de Paula recebeu a promessa de anistia, foi nomeado Capitão e respondeu dizendo-se honrado em ajudar, afinal sempre tivera sido a favor do Imperador. Prometia sim vir com seus homens para o campo de batalha. Só que nunca veio.

Água Preta na Praieira foi o Quartel General das Tropas Liberais, e ali comandavam com o posto de Brigadeiro Pedro Ivo, João Ignacio Ribeiro Roma, Bernardo José da Camara. O Batalhão da 4ª. Brigada, denominado d'Água Preta, era comandado pelo Tenente Coronel das forças de Água Preta Caetano Alves da Silva. Eram mais de 2000 rebeldes reunidos ali em janeiro de 1849.

Depois de tantos perderem a vida no ataque ao Recife, centenas serem presos, outros dispersarem, Água Preta seguia em março de 1849 com o numero considerável de 400 rebeldes. Era extremamente simbólica a tomada da vila pelas tropas governistas. Daí também o ânimo de Antonio N. Aguiar no final desse mês.

Esperavam que Vicente Ferreira de Paula apoiasse essa operação e marchasse para Água Preta, mas ele não foi. Notícias chegaram que ele sofreu enfrentamento das tropas de Caetano Alves, teve de sair corrido de Capoeiras; ao chegar no Espinho foi difícil entrar pois seus homens “estavam de mãos dadas com os rebeldes de Água Preta”. A resposta favorável que Vicente de Paula tinha dado ao governo pelo visto causara inquietação e desconfiança entre seus homens. Ele escreveu de seu acampamento no Espinho no dia 13 de março que esperaria pelo batalhão do governo com armas e munições, para juntos “darmos cumprimento às ordens do governo de Sua Magestade Imperial”⁵⁰. O tenente ficou apreensivo, achava perigoso ir, pois disse que “nestas matas os povos estavam rebelados contra o velho Paula”, ponderava que talvez não fosse mais tão interessante o apoio dele.

Vicente de Paula continuou no Espinho, de onde um mês depois escreveu uma carta diretamente ao presidente de Alagoas. Começava a carta agradecendo o suprimento de carne seca enviado para ele e entregue por Joaquim Ferreira Batalha, “a quem muito devo por não se ter desligado de mim”. Diz que “em todos os tempos fui cego em obedecer ao monarca (...) e talvez não teria chegado a tanto a revolução se depositasse em mim sua confiança”. Justificou a demora dizendo que quando recebeu chamado de Alagoas já tinha recebido do presidente de Pernambuco a nomeação do Comando da Mata, e “era sem duvida mais preciso em Pernambuco do que em Alagoas o meu pequeno serviço”. Ele conseguia ir se aproveitando da situação, ao mesmo tempo mantendo sua independência. Recebeu dinheiro de Manuel Viera Tosta⁵¹, recebia suprimentos de Alagoas. Na carta argumentava ponderando que mesmo não tendo ido ao combate de Água Preta, “não foi pequeno meu serviço ao Governo cançando parte da minha gente em guerrilhas para não consentir que Caetano Alves

e Pedro Ivo se apossassem da mata⁵²”. Era uma briga pelo território que ali se colocava. Vicente de Paula já enfrentara Pedro Ivo antes, tanto em Pannels, como depois em 1845. Talvez agora disputassem recursos, homens e espaço. Ao que tudo indica, nunca chegaram a lutar do mesmo lado, mas conseguiram um acordo, pois dividiriam as matas por mais 11 meses, e não há mais notícias de batalhas entre eles.

A partir de abril a guerra seguiria diferente, os grandes contingentes mobilizados para a Praieira se dispersariam, muitos se renderam. O grupo capitaneado por Caetano Alves no Riachão, teria dado repetidos vivas à S. M. Imperial no acampamento, quando um oficial foi garantir-lhes clemência. Alguns dias depois, dos 382 homens armados contados por aquele oficial, 324 depuseram as armas e vieram se render ao Ten. Cel Antonio Maria de Souza, em Água Preta. Não muitos dias depois 32 índios do grupo do Maurício de Jacuípe também entregavam as armas. Depois desses episódios, o presidente comemorava o “completo restabelecimento da ordem publica”⁵³.

Logo Antonio Nunes Aguiar começaria a ser saudado como o pacificador da Província, assim como Lopes Gama fora anos antes. A Câmara Municipal de Maceió mandou uma declaração... “chegou às nossas praias a tábua de salvação”, pois “ideias subversivas que ganhando incremento se difundiu...” “calçou com pé firme e energia a Hydra que ameaçava devorar-nos”; a Assembleia Provincial mandou mensagem de agradecimento dizendo que ele pusera um “dique ao vulcão revolucionário”⁵⁴.

Mas a situação estava bem longe de ser tranquila, mesmo que Aguiar pudesse respirar mais aliviado com os confrontos concentrados em Pernambuco. Não foi por outro motivo que foi escolhido para assumir a presidência de Pernambuco um nome dos conservadores de prestígio e de força, Honório Hermeto Carneiro Leão, que prestou juramento no dia 2 de julho de 1849. Viera para ser o pacificador da Província. Simbolicamente, sua primeira comunicação com o ministério do Império foi para pedir um novo retrato do Imperador, mais atual, “à corpo inteiro e de Farda”⁵⁵.

As disputas pela memória, a importância da política

Pedro Ivo e Caetano Alves seguiam circulando pelas matas⁵⁶, e assim como Vicente Ferreira de Paula, eram ainda quase intocáveis. Manuel Vieira Tosta deu uma notícia para o seu sucessor sobre Caetano Alves, pois provavelmente Honório não o conhecia: “foi

aministiado, apresenta-se como sucessor de Vicente de Paula, é homem corajoso e amicíssimo do tal Ivo, com quem mantém estreitas relações.⁵⁷”

Pedro Ivo e Vicente Ferreira de Paula eram já celebridades em 1849. Suas histórias e peripécias estavam nos jornais de diversas províncias. Chama, contudo, a atenção o espaço que um dos principais periódicos políticos da corte nesse momento, *O Brasil* - órgão porta voz dos conservadores, escrito por um dos mais respeitados panfletários da época, Justiniano José da Rocha - deu para o caboclo das matas de Jacuhype, da longínqua Alagoas.

Pedro Ivo era, para os jornais liberais, um herói, um militar exemplar, corajoso, patriota, com convicções – era defendido nos jornais dos ataques que recebeu dos superiores, depois pelos praieiros foi quase idolatrado. Já Vicente Ferreira de Paula não era herói de ninguém, a não ser do seu próprio povo – todos tinham dele receio, ninguém queria confessar amizade com ele, a maioria falava mesmo para o atacar. No perigo potencial que ele representava, estavam de acordo o *Diário Novo* e o *Brasil*.

Lopes Gama e o governo lamentaram em 1845 não ter conseguido retirar Vicente Ferreira de Paula das matas, mas o jornal *O Brasil* publicou uma matéria felicitando o fracasso, pois “esse feroz cabo de assassinos que como o famoso Velho da montanha da idade-media, capitanea falanges indomáveis, queria o governo que viesse residir no Rio de Janeiro!!⁵⁸” Aqui era apresentado de maneira quase mítica, não era nem cabano, nem caudilho, imagens próximas demais, e identificadas com a política. Assassino, velho da montanha – algo longe da história, perto da natureza selvagem.

A aparição de Vicente de Paula no *O Brasil* em janeiro e fevereiro de 1848 foi diversa. A primeira matéria intitulava-se “O poder no Brasil”, e vinha na primeira página. Discutia se o poder no Brasil era fraco ou forte, e as disputas sobre essa ideia. Para Justiniano, a existência de Raymundo Gomes e Vicente de Paula era um sinal de como o poder era fraco, pois precisou tolerá-los. Na segunda matéria, chamada de “Infamia”, era o mesmo tema de fundo, mas tinha um objetivo político direto. Transcrevia a notícia do *Jornal do Comércio* e do *Correio Oficial* sobre a ida de Félix Peixoto de Brito e Mello, presidente de Alagoas, à mata de Jacuipe para falar com Vicente de Paula e chamá-lo para prestar obediência ao governo. Justiniano encheu três colunas do jornal, na primeira página, com inflamada indignação. Retomava a matéria anterior, dizendo de modo muito perspicaz,

quando dizíamos que o governo fraquíssimo era ante o criminoso, não esperávamos de certo que tão cedo prova tão monstruosa fosse dada ao paiz, tão completa confirmação das nossas palavras! (...) talvez, quem sabe, haja

alguns contos de réis dados a Vicente de Paula, para ter a condescendência de não roubar mais...um faccinora ergue-se à altura do governo imperial!⁵⁹

Esse encontro forneceu assunto para Justiniano em várias outras edições, no empenho de desqualificar os liberais. No dia 23 de maio de 1849, Vicente de Paula foi o título da matéria, seu nome vinha grafado em letras grandes, em negrito, na primeira página do jornal⁶⁰.

A existência desse Vicente de Paula, nas matas de uma província do império, ahi mantendo-se por espaço de mais de quatorze anos...impondo às populações visinhas o reconhecimento do seu domínio. Nesses quatorze anos quantos governos, quantos ministérios, quantos princípios, quantas mudanças tem havido no nosso império do Brasil, e em todo esse tempo permaneceu imutavel o domínio de Vicente de Paula! Não teme ele revoluções, nem até deserções, nem furores de imprensa...

A tese que Justiniano queria defender, e começa a matéria relembrando isso, era que os Vinagres, os Raymundo Gomes e os Vicentes de Paula não se armavam por princípios políticos⁶¹. O esforço era sempre enquadrar os líderes populares em outro lugar, em outro tempo, não naquele tempo presente. Como Vicente não tinha apoiado os praieiros, e para Justiniano eles contavam com esse apoio depois dos tratos de Peixoto de Brito, ele ponderava que não era apenas o “instinto de roubo e matança”⁶² que comandava o espírito desse “caudilho”. Descobriu então uma fidelidade monárquica no seu personagem, concedeu ter ele contribuído para a ordem, mas atribuía essa fidelidade ao domínio da superstição entre os homens dos sertões. Muito provavelmente já sabia do chamado feito pelo governo conservador ao líder das matas, e talvez inclusive do dinheiro que tinham lhe dado.

Manoel Felizardo de Mello era agora ministro da Guerra, e em ofício reservado para José Bento Figueiredo, presidente de Alagoas, pediu que apoiasse o esforço de dispersão dos “bandos que existem na mata de Agua Preta, congregados por Pedro Ivo e Caetano Alves”. Não mencionou Vicente de Paula. Era agosto de 1849. O presidente de Alagoas respondeu que era mesmo um perigo a “existência n’aquellas mattas d’esse fermento de *sedições*”⁶³, avisou também que conseguiu enviar o missionário capuchinho⁶⁴ Fr. Euzebio de Salles, a ver se “com doçura podia chamar ao bom caminho o *obstinado* Pedro Ivo, resolvendo-o a sahir para fora do Imperio.” Pediu também mais força para “destruir essas pequenas republicas como a do caboclo Salazar, chefe dos índios do Cocal.”⁶⁵

Frei Euzebio de Salles foi no dia 13 de setembro para Água Preta, dirigindo-se para a povoação de Martins, onde Pedro Ivo estava. Lá chegando, foi procurado por Pedro Ivo e

Caetano Alves, com mais 20 pessoas. Acabou passando a noite “no meio da sua gente, que poderiam montar a cem praças”. Voltou de lá com uma carta de Pedro Ivo para Honório Carneiro Leão.

Na longa carta, assinada no dia 15 de setembro, Pedro Ivo disse que só estava se defendendo das perseguições contra ele, que os comprometidos no movimento político do qual participara tinham recebido anistia, mas ele não. Ele recebera oferta de dinheiro para sair do Império, e rejeitou “por ser impróprio de um caráter, não a imigração por ser bastante pobre, cazado e com 6 filhos menores”. Ele se dizia enganado, pois dispersou suas tropas, o governo mandou o 8º. Batalhão. Ele queria viver cuidando de sua “numerosa família tratando da educação de meus filhos, como homem do campo até que S.M.I por sua bondade se dignasse a ministrar-me e chamar-me ao Serviço Militar.” E finalizava dizendo que se o governo retirasse imediatamente as forças da região, reinaria a paz.

Honório não aceitaria ser pautado por Pedro Ivo, nem podia deixá-lo nas matas – também não era esse o plano do ministério. No final de novembro, publicou um Decreto que colocava a cabeça de Pedro Ivo a prêmio e provocou intenso debate na imprensa. A primeira frase é muito significativa:

O presidente da província considerando que os grupos reunidos nas matas do sul, debaixo do comando de Caetano Alves da Silva e do capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira e igualmente aquelle que se acha na Serra Negra...*não tem character algum politico*; considerando que Caetano Alves da Silva tendo recebido amnistia em abril do corrente anno...se mostrara indigno dela...resolve: Art. 1º. Todas as pessoas que derem favor e ajuda...serão considerados complices de taes crimes...Art. 4º....As guerrilhas que prenderem a qualquer dos chefes Caetano Alves ou o capitão Pedro Ivo, receberão uma gratificação e premio de oito contos de réis, e no caso se serem os ditos chefes mortos em acto de resistência, receberão quatro contos de réis...

Justiniano José da Rocha souou para defender Honório Carneiro Leão depois desse decreto. Parte central da estratégia já vinha dada no decreto – despolitizar a ação de Pedro Ivo e de Caetano Alves. Eram eles agora enfileirados ao lado de Raymundo Gomes, Malcher, Vinagre, e os caboclos das matas. Mas seria na edição do dia seguinte, 29 de novembro, que ele daria sua resposta mais acabada. A matéria era de primeira página e o título era corajoso, chamando para o ponto central que motivara a raiva dos liberais: *Cabeças a premio*.

A matéria procurava defender a legalidade da decisão de Honório. Tratava-se de diferenciar essa batalha da Praieira, “o movimento político cessou”, agora eram apenas

“homens ferozes que resistiram ao mais amplo e generoso perdão”, buscando “saciar os seus bárbaros instintos”. Defendia a necessidade de medidas severas, era preciso um pouco de “vigor e de energia” para buscar a pacificação. Sobre o prêmio em dinheiro, era recurso comum da polícia, a bem da tranquilidade pública, usado inclusive em outros lugares, como recentemente na Inglaterra. E para discutir o argumento moral, desafiava: “quem diz que será a cobiça, que não o patriotismo, o que com esse convite se decida?”⁶⁶.

O *Correio Mercantil*, principal jornal da oposição, no dia 29 de dezembro de 1849 publicou trechos de um manifesto assinado por Pedro Ivo e Caetano Alves, como resposta ao Decreto de Honório. Começavam por chamar Carneiro Leão de ditador, explicando que a causa deles era a da “liberdade contra a tyrania:

A coluna d’Agua Preta tem um caráter político, e esse tão nobre e elevado...nos querem reduzir a triste condição dos infelizes Polacos. Não o conseguirão....A *constituente* é pois quem pode salvar o Brasil e pela sua convocação verteremos a ultima gota de sangue. Homens que nutrem tão nobres sentimentos não são assassinos, não são salteadores...⁶⁷

O Século foi o jornal que recebeu o manifesto e a carta pedindo a publicação, pois como justificaram os autores: “em Pernambuco a imprensa oposicionista deixou de existir”. Outro jornal liberal, *O Grito Nacional*, publicou-o na íntegra, na edição de 1 de janeiro de 1850 – dizendo será “esse o ano em que veremos a Liberdade esmagar o despotismo”. *O Diário do Rio de Janeiro* respondeu no dia seguinte, na primeira página, pelo articulista *O Brasileiro*. Cheio de ironia buscou desqualificar os argumentos dos autores do manifesto, pois não passariam de criminosos travestidos de heróis. Terminava a matéria dizendo que não se admirava com “os despropósitos do manifesto; mas maravilha-nos que *O Mercantil* os transcreva em suas columnas!”. Isso só podia ser explicado porque “falou em constituinte, *O Mercantil* bateu palmas”. Poucos dias depois, *O Brasil* transcreveu a crítica do *Diário*, enfatizando que a oposição perdia a cabeça dando espaço para Pedro Ivo. Na edição seguinte, arrematou inconformado: “a vida e a fortuna dos cidadãos postas em risco pelos *comunistas* do sertão.”⁶⁸

Pedro Ivo, como outros do Exército, impregnaram-se pelas experiências do seu tempo e trocaram de luta. Nascido em 1811 em Olinda, foi alistado ainda menino, aos onze anos, nos quadros do Exército do Império português⁶⁹. A primeira guerra foi no Ceará, para onde viajou em junho de 1832 – a revolta de Pinto Madeira⁷⁰. Dali desceu, no final desse ano, para Panelas de Miranda, no agreste pernambucano, lutar na Guerra dos Cabanos, onde ficou por três anos. Saiu do acampamento de Panelas para as matas do Pará, lutar na Cabanagem, em

outubro de 1835. Era tenente quando aos 27 anos foi destacado para a Expedição do “Alto e baixo Amazonas”, em 1837, tendo sido ferido no combate do rio Curuá, em janeiro de 1838. Ficou sete anos entre índios, caboclos e tropas, vivendo a maior parte do tempo pela floresta. Voltou para Pernambuco só no início de 1842, já com 31 anos, e feito Capitão⁷¹. Lutou na Guerra do Jacuípe, em Alagoas, em 1845. Em 1848, já no Recife, tirou três meses de licença – só que ao final da licença não se apresentou.

O conhecimento partilhado era de diversas naturezas e a circulação também se dava entre os papéis sociais – de soldado a rebelde, de filho e sobrinho de fazendeiros escravistas a guerreiro acaboclado da mata.

Pedro Ivo frequentou sobretudo os jornais liberais, o *Diário Novo* deu notícias sobre seus embates⁷², sempre de modo muito entusiasmado, “valentia até hoje não foi excedida”. Em 29 de novembro de 1843, por exemplo, Pedro Ivo e o seu colega o tenente Pedro Affonso Ferreira foram presos por publicarem um anúncio no jornal⁷³, três dias depois já saiu a indignada notícia: “entre os monstruosos factos praticados em todo o império desde o gabinete de 19 de setembro, prenderem-se dous oficiais distintos, que tão relevantes serviços tem prestado ao paiz...para dar-se o completo prazer de vingança a um oficial, cuja biografia é o compendio das maiores irregularidades.”⁷⁴ Na vida cívica era reconhecido, foi dos eleitores mais votados na Freguesia de Boa Vista, em setembro de 1844, no Recife, com 1429 votos⁷⁵.

Honório Carneiro Leão desde que chegou em Pernambuco empenhou-se pessoalmente nessa “guerra civil”, como ele chamava – ao final reclamou que não fizera outra coisa em sua administração a não ser cuidar dos movimentos das tropas. Falava também em “nova revolta que assolava a província”, buscando distinguir da Praieira. Honório utilizava além dos diversos corpos das tropas de linha⁷⁶, diferentes destacamentos da Guarda Nacional e 120 índios de Cimbres, “excelentes soldados, que fizeram bons serviços”. Contou também com recursos para despesas secretas, oito contos do Ministério da Justiça e dez contos do Ministério da Guerra. Desses recursos, pagou “espionagem, gratificarão-se vários emissários, pagou-se o silêncio da imprensa da Viúva Roma, mediante a mensalidade de 150\$000, deu-se 1 conto de réis ao jornal União⁷⁷.”

Os primeiros meses de 1850 foram intensos. O principal foco dos revoltosos estava em torno de Ipojuca, Escada, Rio Formoso e Água Preta, mas havia grupos de rebeldes circulando em outras localidades, como em torno de Garanhuns e Bonito.

João Felix dos Santos tinha sido tenente coronel da Praieira, comandara tropas e morava em Escada (segundo nos diz Figueira de Mello). Era um dos ricos senhores de

engenho da região⁷⁸. José Pedro Velloso da Silveira, Cel. Comandante das Forças em Operação, diz que voltou de Ipojuca e foi:

para estes sentros, porque tive notícia que João Felix dos Santos conserva hum grupo armado nestas vastíssimas matas que lhe fornece viveres, constou-me mais, que ele tem mandado promover a diserção da guarda nacional do Bonito, oferecendo-lhes terras gratuitamente para morarem, e que muitos ahi já estão fazendo roçados e em geral, opovo deste sentro estava completamente dizemfreado⁷⁹

João Felix não cooptou novos soldados entre os desertores, mas desarmava o governo oferecendo terra, os roçados iam já demarcando a nova posse. O que terá querido dizer o Coronel José Pedro com esse *completamente dizemfreado*? Sem freios para tomar certas atitudes, como largar as armas para plantar em uma terra desocupada? Senhor de seus direitos? Animado, agitado?

E seguiu relatando que a companhia em diligência não se limitara a debandar e capturar rebeldes, apreender armas e munições, mas também tinha trazido para a “obediência os abitantes destas matas”, que não “se prestavam ao chamamento das autoridades”⁸⁰. Ele dizia também que depois bateria os rebeldes do Cabo e de Ipojuca. Iam operando conforme as informações que recebiam sobre a movimentação de algum dos grupos rebeldes. Uma partida prendeu um morador do Jatobá e ele sabia onde o comandante daquele ponto, “o intitulado Major José Gabriel” tinha escondido o armamento e utensílios bélicos, depois de forçá-lo a falar, chegaram na localização e encontraram em um mocambo duas espingardas, balas feitas de estanho, seis granadeiras, caixas com roupas velhas, cinco barris de pólvora vazios. Mas não havia rastro dos 93 homens que acompanhavam José Gabriel. No mesmo dia ficaram sabendo que o grupo capitaneado pelo “intitulado Major Loureiro” se achava nas matas do Riacho Dantas, e que esse grupo viera das matas de Água Preta, “com o caboclo Luis e o Alferes Maniva”. O Alferes Maniva era negro e comandava 27 homens. No dia seguinte, uma “forte partida” iria para Riacho Dantas, mas talvez não encontrassem mais ninguém, pois “cada proprietário desordeiro é hum telegrafo para avizar seus comparças do menor movimento das forças do governo.”⁸¹

Não era uma guerrilha capitaneada apenas por Pedro Ivo e Caetano Alves – de novo, eram muitos, várias das lideranças vindas da Praieira. A correspondência dos comandantes do governo dá conta de outros: Xaguinhas, Mandu do Curado, Francisco Mariano – esses eram “rápidos no cavalo e escapavam das emboscadas”. E fica claro como da região de Água Preta vinham as lideranças mais populares.

Em abril, no caminho para Garanhuns, “para fazer com que os matreiros coniventes da rebeldia daquela comarca conheçam que é tempo de em toda a Província fortificar-se a ação do governo”, o comandante Coriolano não se conformava que o “rebelde e célebre ladrão de gados e escravos Severo José de Azevedo”, preso por uma patrulha, tinha sido solto “pois não sei o que há de misterioso entre os empregados da guarda e os rebeldes, que aquelles prestão a estes todos os favores que podem”. Recomendou uma diligência para a Comarca, para o recrutamento imediato de todos que desobedeceram⁸². Essa foi a ação reiterada do governo: desarmar, recrutar, prender e matar⁸³. Aplicada reiteradamente, foi dando efeito. Depois deram início às obras de estradas e instalaram duas colônias militares na região, uma em Alagoas, a outra em Pernambuco.

Apesar da esperança de Justiniano José da Rocha e de todo o esforço para justificar o decreto de Honório Leão, mais uma vez a estratégia do prêmio em dinheiro não resultou nenhum efeito. Para Vicente de Paula foram quatro contos em 1845, agora eram oito contos. Era muito dinheiro. E ninguém traiu Pedro Ivo ou Caetano Alves. Foi o pai de Pedro Ivo que buscou tecer acordo para tirá-lo das matas – mesmo assim não foi fácil, levou inclusive um tiro na perna. Mas acabou conseguindo convencê-lo a embarcar para Salvador, de Maceió. Caetano Alves não veio, não aceitou o acordo, não há mais notícias de seu paradeiro – Honório lamentou não ter conseguido prendê-lo.

O embarque de Pedro Ivo e seu grupo foi muito disputado e cheio de reviravoltas. Ele estava escondido em Alagoas, em Mundahu, e iria se apresentar para o presidente José Bento da Cunha Figueiredo. Acontece que Honório Leão queria prendê-lo, não queria que fossem para a Bahia, e mandou tropas em seu encalço. José Bento Figueiredo ficou muito nervoso, viu ameaçada toda a negociação. No dia combinado para o embarque, lances de cinema: José Bento desconfiou que o comandante do Brique Escuna Canopo não era confiável e podia estar sobre as ordens de Honório, planejando levar Pedro Ivo para Pernambuco. Várias cartas vão e vêm, “reservadíssimas”. José Bento resolveu mandar que o capitão de outra embarcação, a Fragata Charrua Carioca, de sua confiança, fosse pessoalmente embarcar os homens na Escuna. Ao entregar “sem coação” os dez indivíduos⁸⁴, desconfiou de fato do Tenente, pois esse respondeu de maneira evasiva, dizendo que Honório também podia lhe dar ordens. Diante disso, o comandante da Charrua tirou os homens desse barco e os levou na sua embarcação diretamente para Salvador, no dia 28 de março, entregando-os para Francisco Gonçalves Martins, conforme ordenara José Bento. Honório Leão ficou furioso e pediu demissão do cargo. Não houve harmonia entre duas autoridades do partido conservador lutando na mesma guerra. Honório justificando-se citou a Fala do Trono, “que o seu Governo

continuava a empregar meios enérgicos para destruir esse *germe revolucionário*”⁸⁵. Ecoando a voz maior, a do próprio Imperador, nomeava o perigo político ali envolvido.

A briga dos dois foi feia, mas no final a influência de Honório acabou vencendo – Pedro Ivo foi preso assim que desembarcou no Rio de Janeiro. A cobertura dos jornais liberais sobre a prisão foi diuturna e inflamada. Traição, estratégia covarde, o *Correio Mercantil* no mês de maio publicou quase diariamente notícias e reflexões sobre o caso⁸⁶. Honório era chamado de despeitado, tirano – opinião compartilhada aliás pelo *Diário Novo* nos anos anteriores, que chamava a política em curso de Honório-vasconcellina.

E Vicente de Paula? Honório Leão também conseguiu prendê-lo, no dia 30 de abril de 1850, encaminhando-o para Fernando de Noronha logo em seguida. Só que sobre a sua prisão não houve repercussão na imprensa, embora houvesse margem para isso, pois ele já tinha se declarado a favor do governo em janeiro de 1848, tinha auxiliado em combates contra Pedro Ivo e Caetano Alves, declarava-se sempre fiel ao imperador. Como que justificando ao seu sucessor a prisão, Honório Leão diz que ele não era confiável, pois teria roubado escravos e gado em Capoeiras- recomendou que o processassem por quebra da anistia de 1844⁸⁷. Não havia sentido nenhum nisso, uma vez que ele obtivera segunda anistia, tendo recebido inclusive dinheiro do governo e uma patente militar.

Sem contar com a imprensa, Vicente Ferreira de Paula teve a luta de sua mulher: Francisca Roza de Luzia estava no Rio de Janeiro em 1854 tentando obter o perdão do Imperador, assim como falou com o Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo. O Secretário de Polícia, a pedido do Ministro, mandou chamá-la, ofereceu auxílio financeiro para que ela voltasse para Pernambuco, mas ela não arredou pé dali, disse que o Imperador “por vezes lhe havia prometido perdoá-lo”, assim ela continuaria a solicitar o cumprimento da promessa⁸⁸.

Em sua estadia no Rio de Janeiro, Francisca residia na rua da Saúde, n.12^A, na casa de ninguém menos do que Borges da Fonseca, “conhecido pelo apelido de Republico”. Aparece então uma conexão inesperada entre Vicente de Paula e Borges da Fonseca. Ele tinha o atributo do político reconhecido – embora “desregrado”, “exagerado”, “radical” sempre tenham sido adjetivos associados à sua luta. E continuava fazendo barulho no Rio de Janeiro. Nos dias seguintes dessa conversa, promoveu uma manifestação no cais do porto, quando embarcariam oficiais e militares para o Rio Grande do Sul, entre eles o Alferes Soares, que estava preso e tinha publicado um convite para o ato no *Jornal do Comércio*. Borges da Fonseca foi um dos oradores, fez discursos inflamados, houve “vivas e arengas”⁸⁹.

* * *

Faltam documentos para sabermos das demandas daqueles homens das matas. Talvez não estivessem mesmo tão articuladas. Mas daí para assumir o discurso conservador e dizer que estavam fora da política vai um enorme salto. Talvez buscassem fundamentalmente terra e autonomia. E essa não era uma busca profundamente política?

Nesse artigo quisemos ressaltar o quão pouco sabemos sobre esses homens e as suas lutas. Não eram homens desgarrados – nas matas tinham roçados, casas, viviam em pequenas comunidades. A guerra foi longa e difícil e não foi pautada por fazendeiros ou pelo clientelismo. As alianças que os fazendeiros tentaram fazer acabavam fracassando diante de outras soberanias nas matas. A expectativa de liberdade de um desertor, de um escravo fugido, de um roceiro se encontravam ali.

As fronteiras entre as guerras eram talvez tênues para diversos dos habitantes dali - Cabanos, Jacuípe, Praieira – alguns passaram por todas elas. Mas também percebe-se que as matas e os seus guerreiros vão mudando. Fica claro que depois da Praieira há um adensamento na luta, novos líderes populares apareceram, assim como líderes com outras conexões, como Pedro Ivo - muitos viram na Praieira uma chance de mudanças⁹⁰. E esse perigo político foi sentido e nomeado pelas autoridades, a resposta radicalizou-se.

Três desses líderes apontam para trajetórias distintas de inserção - pelo que representaram, podemos inferir sobre os outros. Caetano Alves – certamente era de origem popular, há quem diga que lutou na cabanada – esteve no comando da Praieira, significativamente comandava a tropa de Água Preta, de feição mais popular – e segundo as autoridades, se dizia sucessor de Vicente Ferreira de Paula. Atributos para isso não faltavam, sua coragem foi por diversos cantada, assim como destreza e inteligência. Só que um deixa escapar que ele “tinha a cabeça cheia de ideias novas”, admitindo a presença da política. Ficava em Capoeiras, não há registro de sua prisão. No final de 1851, circulou a notícia que estava nas matas da Serra da Prata, em Pernambuco, entre Garanhuns e Águas Belas. Pelo visto procurou um ponto mais distante da disputa açucareira.

O índio Manuel Valentim utilizou-se de diversas estratégias, ao longo do tempo, para defender seus interesses e os do seu grupo. Nos anos 1840, lutou ao lado do líder Vicente Ferreira de Paula, foi guerreiro cabano até 1846, quando caiu preso. Em finais da década de 1850, estava com os seus em Riacho do Mato, lutando para oficializar um novo aldeamento. Uma vez aí, enfrentaria diversas batalhas com novas armas para garantir sua permanência, contra os “esbulhos” e ameaças – petições ao presidente da província, busca de alianças com diferentes autoridades locais, inclusive articulando um pedido para a demissão do Diretor dos

índios⁹¹. Chegou a ir por duas vezes à Corte, falar com o Imperador, em busca de apoio para a sua causa.

O nome de Pedro Ivo tinha um alcance amplo. Arriscaria a dizer que essa inserção tinha mais relação com a sua reconhecida e aventureira trajetória militar e política do que com a origem familiar⁹² – mas essa também pesava. Era alguém mais próximo. Ficou preso até o final de abril de 1851, por um ano, quando conseguiu fugir⁹³, causando grande reboição na cidade. O *Correio Mercantil* festejou, falou do “desacordoamento” dos ministros, especialmente Manoel Felizardo e Tosta da Marinha. Todos os esforços foram feitos para descobrir seu paradeiro – em vão. O jornal divertia-se publicando as diferentes versões para a fuga, assim como as hipóteses sobre onde ele estaria – desde lutando ao lado de Rosas, até vivendo nas coxias do Teatro. O homem ia virando mito.

* * *

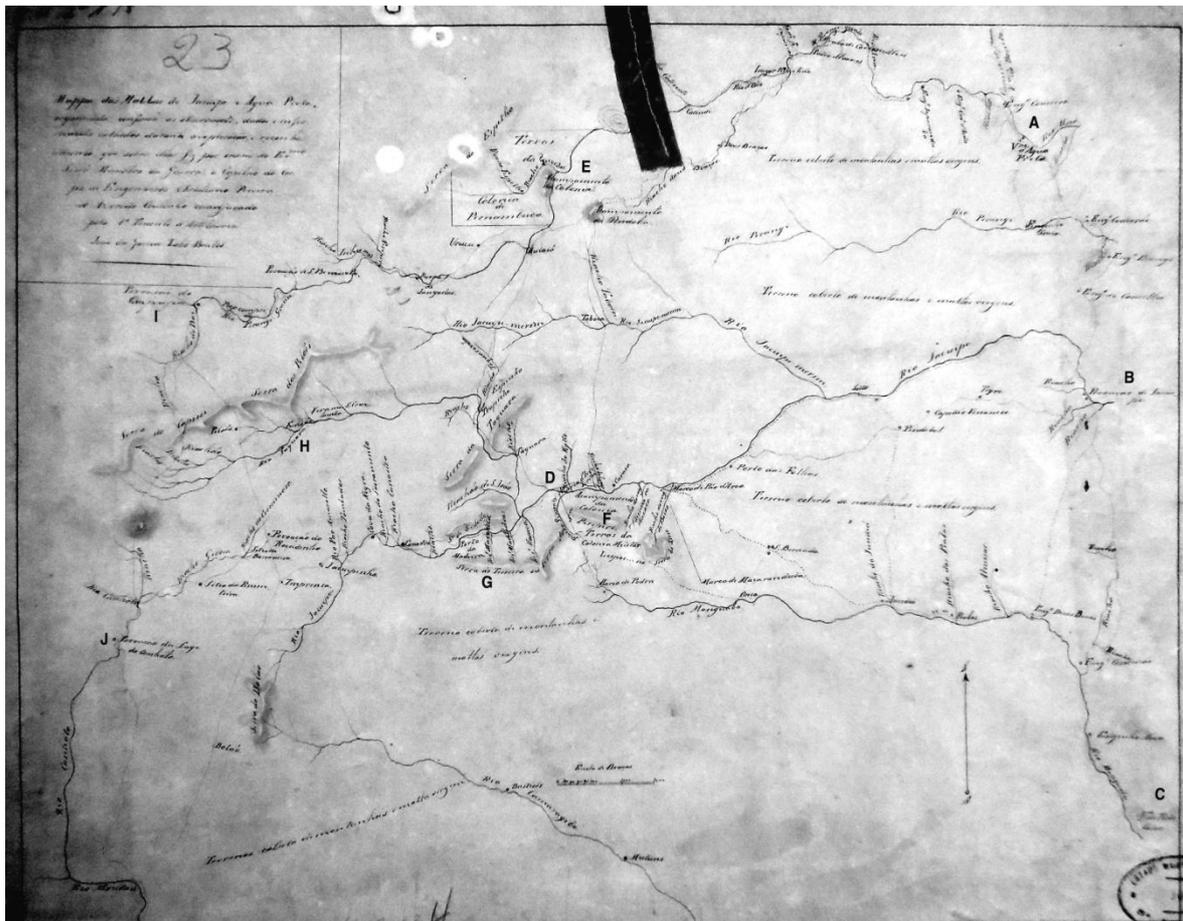
No dia cinco de janeiro de 1852 saiu na 48^o. Pacotilha⁹⁴ uma notícia surpreendente. Dizia que no primeiro dia do ano em uma prainha escondida em Niterói, nas imediações de Jurujuba, houve um grandioso banquete para homenagear Pedro Ivo, uma animada festa cívica, que durou o dia inteiro. A reunião “patriótica” foi em um pequeno campo cercado de árvores, em lugar deserto e abrigado, justamente onde “o bravo capitão passou oito dias logo depois que deixou as masmorras”. Foram 200 nortistas que em subscrição organizaram a festa, mas também convidaram outros brasileiros e também ingleses, portugueses, franceses⁹⁵. As comidas foram cuidadosamente pensadas e preparadas, seriam “quitutes e bebidas brasileiras, das que se usão em toda a vasta extensão de território que tem por limites o Amazonas e o Prata”. Cozinheiros havia “de todas as cores, para aprontar um banquete puramente brasileiro”. A área foi preparada durante uma semana, uma grande mesa foi especialmente feita para o local, em forma de ferradura. Uma banda de música composta de amadores, “muitos filhos de Minas Gerais”, desde as 3 da madrugada anterior “não havia cessado de tocar as mais escolhidas peças”, já que o homenageado era esperado para qualquer momento.

Eram sete horas da manhã quando aparecendo junto de umas pedras uma canoa, e pondo-se nella em pé um homem de mais que mediana estatura, moreno, queimado do sol, com bigodes pretos, de repente ao ouvir-se uma voz gritar: Pedro Ivo! Todos correm à praia a recebe-lo, e apenas a canoa encosta na área, eis que num pulo salta o capitão, mas em lugar de ficar em pé, parece que foi aparado nos braços de mais de trezentas pessoas que ali se achavão, pois por mais de um quarto de hora ninguém o viu por os pés no chão, e parecia que cada um queria ser o primeiro a abraça-lo. (...) Às nove horas e meia assentarão-se as pessoas que estavam presentes, e que erão

quatrocentas e vinte e oito...além da mesa grande de ferradura, havia mais outras pequenas....até redes nas árvores para descanso. (...)

Vieram ingredientes do Maranhão, Pará, Ceará, Pernambuco – que alguns comandantes de vapores amigos de Pedro Ivo encarregaram-se de trazer. Teve jabuti, caruru, vatapá, acarajé, churrasco, pastéis, moquecas, arroz de cuxá, peixes variados, cangica, tacacá com tucupy...e frutas das várias províncias e doces. Foram muitos os vivas e os brindes, assim como os discursos pronunciados. Foi uma festa para a “regeneração do paiz”.

O redator⁹⁶ da *Pacotilha* ainda chamou Pedro Ivo de “o Kosuth pernambucano”. Ser comparado àquele que lutara pela liberdade da Hungria, líder da insurreição de 1848 lá e que depois fora derrotado e exilado na Turquia, era certamente uma imagem forte. Uma memória para Pedro Ivo inundada pela política e pelo seu tempo. Completamente oposta da construída pelos conservadores⁹⁷.



MAPPA das Mattas de Jacuipe e Agua Preta, organizado conforme as observações dados e informações colhidas durante as explorações e reconhecimento que sobre ellas fez por ordem do Exmo Snr Ministro da Guerra, o Capitão do Corpo de Engenheiros Christiano Pereira d’Azevedo Coutinho coadjuvado pelo 1º Tenente d’Artilharia João da Gama Lobo Bentes, AHEx, 1854.

As matas foram mapeadas. O ministro da guerra mandou um engenheiro em comissão logo no início de 1851, acompanhado do futuro primeiro diretor da Colônia Militar Leopoldina. Estão claramente localizados os principais pontos, demarcados os acampamentos das colônias militares recém instalados. Mapear era marcar a visão da integração – e os engenhos localizados ao redor, assim como Quipapá, Lage do Canhoto, Porto Calvo e Água Preta nas bordas reforçavam essa ideia.

Legenda:

A. Vila de Água Preta.

B. Povoação de Jacuipe.

C. Porto Calvo.

D. Riacho do Matto.

E. Acampamento da Colônia Pimenteiras, Pernambuco.

F. Acampamento da Colônia Leopoldina, Alagoas.

G. Serra do Teixeira, por onde andava o líder Ignacio Teixeira (viria dele a toponímia?).

H. Percurso entre Espinho e Vira-Mulambo, pelo rio Taquara, passando por Santa Cruz (um dos trechos mais ocupados das matas, percorrido pelo Ten. Cel Jacinto Paes de Mendonça, em junho de 1845).

I. Povoação de Quipapá.

J. Povoação de Lage do Canhoto.

NOTAS

¹ ANRJ, IJJ (9) 282, Presidente da Província de Alagoas ao Ministro do Império, 1841-1849, fl.47.

² Frei Placido de Messina ao Barão de Boa Vista, Presidente de Pernambuco, 26/novembro/1842, Hospício de Nossa Senhora da Penha. Acervo do IHGAP.

³ No dia 30 de setembro Bernardo de Souza Franco escreveu ao Presidente de Pernambuco avisando do ataque ao Destacamento no dia anterior em Imperatriz, pedindo armas e também alguma força, diz que as poucas armas da Província vinham sendo ocultadas pelos ex-comandantes dos Batalhões. Fala do boato que os homens de Vicente Ferreira de Paula estavam envolvidos. Poucos dias depois, já refugiado no “Hiate Caçador”, diz que os sediciosos aproveitaram o deslocamento das tropas para Imperatriz para invadir e ocupar a cidade, foram mais de 600, houve tiroteio, cinco mortos, “e os anarquistas se apoderarão da Cidade, Palacio do Governo, Cofres Publicos entregues, ou sob a direção de empregados coniventes na sedição”. APEJE, PP15, fl.243 até 260.

⁴ No dia 12 de outubro escrevia que os sediciosos tinham evacuado completamente a capital, não tinham mexido nos cofres públicos (onde havia 80 contos) mas tinham levado todo o armamento, pólvora, espadas, munições, peças de artilharia. Observa também que muitas cidades na Província continuavam armadas. APEJE, PP15, fl.259

⁵ APEJE, PP 15, 2 de novembro de 1844, Bernardo de Souza Franco ao presidente de Pernambuco, em anexo a Ordem do dia. Foram contadas 30 mortes entre os sediciosos e muitos feridos, e entre os legalistas 15 baixas nas batalhas desse dia. Alguns oficiais tiveram ação destacada nessa batalha, entre eles o Capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira. fl.284, 285, 286. O presidente de Pernambuco pede confirmação da participação de Vicente de Paula, Souza Franco responde que vários afirmavam tê-lo visto, mas que ele pessoalmente não o vira.

⁶ Entre 600 e 800 sediciosos tentaram impedir a entrada das tropas imperiais em Atalaia, houve longo confronto, entre os legalistas ficaram 14 mortos e muitos feridos e entre os “scelerados ha certeza da morte de 17”.

⁷ ANRJ, IJJ (9) 282, Correspondência do presidente da província de Alagoas ao Ministro do Império, 1841-1849, fl.172, 18 de dezembro de 1844.

⁸ Notícias dessa habilidade de Gama também chegariam ao Rio de Janeiro por outras fontes. Francisco Joaquim Gomes Ribeiro em carta pessoal ao Visconde de Olinda: “Descançavamos em profunda paz e os partidos, como que confiavao na política conciliadora do Snr Lopes Gama, que a todos agradava, ouvindo os queixumes de huns e outros com aquella calma e imparcialidade que he própria do seu gênio dócil”. Diz que foi o partido do

Cansação (cabeludo) que seduziu o Vicente, impedindo sua saída das matas. IHGB, *Coleção Marques de Olinda*, Cartas de Francisco Joaquim Gomes Ribeiro. Essa é de 20 de fevereiro de 1845.

⁹ ANRJ, IJJ (9) 282, Comunicado, fl.180, 181, 182. O documento manuscrito é um relato das comemorações e não está assinado. Ao final são transcritas as letras dos dois hinos.

¹⁰ Luiz Sávio de Almeida mostra essa mesma visão das matas em documentos já do final dos anos 1820. Ressalta a circulação de desertores na região, abrigados entre os índios, no aldeamento, e escravos fugidos, assim como pretos forros considerados “perigosos”. Em 1829 seriam 744 pessoas no Aldeamento de Jacuípe. E completa: “o aldeamento era um pequeno arruado sobre a chã em frente ao rio, enquanto o Jacuípe da mata era uma imensidão de território, onde diversas classes de gente faziam abrigo e viviam.”, *Memorial biográfico...*, p.190.

¹¹ O mesmo Francisco Joaquim G. Ribeiro, em carta pessoal para Araújo Lima, diz que todo o partido liso está trabalhando para pegá-lo, mais as tropas”, e que “todo o povo delas (matas) ajuda ao Governo, Vicente está em triste situação huma só pessoa não tem a seu lado, e os mesmos papameis andao em procura d'elle para o prenderem, por se lhes oferecer grandes vantagens; devo por conseguinte crer que sua prisão será infallivel, podendo desde já asseverar a VExia que pelo menos hum resultado já conseguio, que foi fazel-o perder todo o prestígio”. Termina a carta dizendo que enviava 200 cocos para “os bolinhos do xá”, pela Barca Pensamento Feliz. O nome não podia ser mais apropriado!! IHGB, *Coleção Marques de Olinda*, Cartas de Francisco Joaquim Gomes Ribeiro. Mesma de 20/fev./1845.

¹² ANRJ, IJJ (9) 282, Presidente da prov. de Alagoas ao Ministro do Império, 23/fev/1845, fl.184.

¹³ APEJE, PP16, fl.27, 24/fev/1845, de Lopes Gama para Thomaz Xavier Garcia d’Almeida.

¹⁴ ANRJ, IJJ (9) 282, Presidente da prov. Alagoas ao Min. Império, 18/março/1845, fl.187. Grifo nosso.

¹⁵ APEJE, PP16, fl.27v, 24/fev/1845, de Lopes Gama para Thomaz Xavier Garcia d’Almeida.

¹⁶ Pela pesquisa de Vergolino e Versiani, em 1845 o preço de um escravo jovem era em tono de 380\$000. Flávio Rabelo Versiani, José Raimundo O. Vergolino, “Preços de escravos em Pernambuco no século XIX”, *Série Textos para Discussão...*, tab.2, p.14.

¹⁷ APEJE, PP16, Carta de Jacinto Paes de Mendonça, Ten. Cel. Com. das Forças em Operação nas Mattas, do Acampamento no Riacho do Matto, para o presidente da Província, em 26/abr/1845.

¹⁸ APEJE, PP16, idem.

¹⁹ APEJE, PP16, fl.145, Ofício do Major Comandante Militar Sérgio Tertuliano Castel-Branco, do Acampamento na Vila de Imperatriz, 12 junho 1845.

²⁰ APEJE, PP16, fl.176, Ofício do Coronel Comandante Jacinto Paes de Mendonça do Quartel do Comando da Brigada Provisória desta Província no Espinho, 27 junho 1845.

²¹ ANRJ, IJJ (9) 282, Alagoas, Império, fl.217. Comando da Brigada Provisória, Riacho do Matto, 26 de agosto de 1845, Jacinto Paes de Mendonça, Cel. Comandante.

²² Os papa-méis eram escravos foragidos que Vicente levou quando fugiu em 1835, e “continuará sendo sua guarda pessoal nos anos seguintes”. Muitos escravos fugiram para se juntar aos cabanos. Em 1835, ao receber proposta de anistia, Vicente diz que aceitaria desde que os papa-méis fossem alforriados e ele e seus seguidores pudessem manter armas, condição que, obviamente, não foi aceita. Ver capítulo de Marcus Carvalho, “Um exército de índios, quilombolas.....” p.169-200.

²³ APEJE, PP16, 20 junho 1845, Jacinto Paes de Mendonça ao presidente da provincia de Alagoas. Nesse ofício, o coronel acreditava que Vicente tinha ido também a chamado de D. Josefa, e diz: “esta noticia merece algum credito, porque tem sido dada por mais de doze.”

²⁴ APEJE, PP16, do presidente de Alagoas, ao presidente de Pernambuco, 6/julho/1845, fl.175. Nessa data ele corrige a informação anterior, era só o Chiquinho que tinha saído.

²⁵ APEJE, PP16, fl.178, Ofício do Coronel Comandante Jacinto Paes de Mendonça, Brigada Provisória da Província na Taquara, 30 de junho de 1845.

²⁶ No dia 8 de agosto, mais de um mês depois, o vice-presidente da província escrevia ao ministro que ainda não tinha confirmação da morte de Vicente. ANRJ, Ministério do Império, Alagoas, 1841-1849, Ofício de Henrique Marques de Oliveira Lisboa, fl.195.

²⁷ Macaco “territorio que havia sido quilombola e que também verá a cabanada”, Luiz Sávio de Almeida, *Memorial biográfico...* p.179

²⁸ ANRJ, IG (1) 97, Ministério da Guerra, Correspondência do Presidente da Província, Alagoas, 1845-49. Anexo ofício do Major Comandante Geral Sérgio Tertuliano Castel-Branco, dezembro de 1845 (18? dia ilegível). As duas outras citações do parágrafo são deste mesmo ofício.

²⁹ ANRJ, IG (1) 97, Ministério da Guerra, Alagoas, 1845-49. Anexo ofício do Major Comandante Geral Sérgio Tertuliano Castel-Branco, 10 de dezembro de 1845, Acampamento Riacho do Matto.

³⁰ Em carta para seu vizinho diz que “os assassinatos aqui cometidos quasi diariamente tem cessado depois que tentei o desarmamento geral da Província”, 10 de fevereiro, 1846, APEJE, PP17, fl.273. Empenhou-se também no combate às cédulas falsas.

³¹ Em carta para o ministro Manoel Alves Branco de 17 de outubro de 1845, aparece parte do preço da circulação dos polícticos pelas províncias. Campos Mello pede que o ministro decida sobre sua ajuda de custo, e diz: “permitted VExcia que eu lembre que tenho minha residência em São Paulo, d’onde fui buscar meus filhos, que não sou rico, que minha família compõem-se de onze pessoas que me acompanham que ao Exmo Sr. Lopes Gama deo-se, além do mais, 4:000\$000 e que também ao Sr. Moura Magalhães para ir da Bahia ao Maranhão deo-se além do mais 2:600\$000. Peço portanto a VExcia que tomando em consideração estas coisas, tenha a bondade de mandar-me dar quantia semelhante...”. Em cima, à lápis, o ministro pede para ser informado sobre valores pagos anteriormente. No dia seguinte já informam que foram 600\$000 a José Joaquim Machado de Oliveira em 1834; Manoel Felizardo foi mais caro, custou 1 conto em 1840; Bernardo de Souza Franco teve menos, 800\$000; e Lopes Gama teria, segundo esse secretário da contabilidade, ganho 1 conto. O Ministro decidiu então dar 3 contos de réis para Campos Mello. Talvez soubesse que Gama tinha ganhado mais? ANRJ, IJJ(9) 282, Império, Alagoas, fl.222.

³² Depois de apresentar aos deputados essa ideia como o pensamento do governo, afirma que seria preciso apoio da Assembleia, e termina, como quem não quer nada: “Talvez, senhores, que só bastasse distribuí-las grátis (as terras), por entre as pessoas ricas que ali podessem levantar suas propriedades”. *Falla com que abriu a primeira sessão ordinária da Assembléa Legislativa*, impresso em março de 1846. Sobre o projeto de colonização militar do governo e a fundação das duas colônias na região, ver: Maria Luiza Ferreira de Oliveira, “No centro das matas, as colônias militares e os embates.....”.

³³ Relatório Ministério da Justiça apresentado na 3a. sessão da 6a. legislatura em 1846, p.14. Dois relatórios anteriores para sessões de 1845 silenciaram sobre a guerra de Jacuípe. O primeiro relatório fala sobre “a terrível sedição de Alagoas”, enaltece a chegada de Gama, a clemência, e diz que tudo ficou bem em dois meses. Relatório do Ministro da Justiça Manoel Antonio Galvão, sobre o ano de 1844, para a 1ª. sessão da Assembleia em 1845. No escrito para a 2ª. sessão de 1845 pelo Ministro Manuel Antonio Galvão, o único assunto era a pacificação do Rio Grande do Sul.

³⁴ APEJE, PP 17, fl.240, 28 de janeiro de 1847.

³⁵ Saiu no *Diário Novo*, 9/fev/1847: “Um cidadão distinto, um homem alheio às intrigas locais, o Illmo Exmo Sr. Antonio Manoel de Campos Mello...deixou de ser vítima do punhal do assassino. Uma sedição, de muito preparada, por homens que esquecidos do caráter de cidadãos (...) pessoas proeminentes das Alagoas, pertencentes a oposição, estavam envolvidas.... Sarmiento... um dos chefes da sedição ... o ex-comandante superior Maranhão tem intimas relações com os sediciosos ostensivo com Lima Rocha, a ponto de com ele ter na grade da prisão, onde se achava, longas conferencias...os sediciosos agora querem fazer recahir somente o crime sobre o Rocha Lima (...) não é alheio a semelhante sedição o partido que entre nós se qualifica ordeiro, mas que nós o qualificamos anarchista.” O jornal publicou também os interrogatórios feitos aos presos, contam da subscrição organizada por Lima Rocha de dentro da prisão para pagar aos guardas para saírem os presos, juntando-se aos do quartel, falam das visitas do Lourenço Cavalcanti Maranhão à cadeia.

³⁶ ANRJ, IG (1) 97, Ministério da Guerra, Província de Alagoas, 1846-1849. Ofício de 4/fev/1847.

³⁷ ANRJ, IG (1) 97, Ministério da Guerra, Província de Alagoas, 1846-1849. Ofício de 24 de março de 1847. Nessa mesma carta fala alarmado com a possibilidade de haver desordem em Pernambuco, “tenho conversado com os homens do interior daquela Província, tenho estudado os sentimentos dos oficiais que dela tem vindo...esta Província é o coração de Pernambuco”. Recomenda trocar oficiais que estiverão no Sul, trazê-los para Alagoas, e os dali mandar para lá.

³⁸ ANRJ, IG (1) 97, Ministério da Guerra, Província de Alagoas, 1846-1849. Ofício de 24 de março de 1847, de Antonio Manoel de Campos Mello.

³⁹ Houve um confronto no engenho Lages no dia 18 de abril de 1848 com as tropas do governo, comandadas por Antonio Feijó de Melo, com 350 homens. Depois de duas horas de pesado fogo, o Comandante do governo recuou, o reforço que esperava não veio. A revolta guabiru arrefeceu com a saída de Chichorro da Gama do governo em 20 de abril, para assumir cadeira de deputado. O vice-presidente procurou conciliar com os conservadores, mudou o comandante de armas, negociou cessar fogo. Ver Jeffrey C. Mosher, *Political Struggle, Ideology and State Building*, p.209-214.

⁴⁰ APEJE, PP 20, carta do capitão Manuel José Espíndola de Jacuípe para o Sr. Dr. Felix Peixoto de Brito, de 20? março de 1848.

⁴¹ APEJE, Livro GN 13, Coluna Volante em o Engenho 3 Braços, 18 de fevereiro de 1850, do Cel. Comandante da Coluna José Pedro Vellozo da Silveira, para o Presidente da Província Honório H. Carneiro Leão.

⁴² A historiografia sobre a praieira caracteriza essa etapa como de guerrilha nos engenhos – “uma guerrilha continuou...na fronteira entre os engenhos e as matas...”, Marcus Carvalho, “Os nomes da revolução...”, p.215. Luiz Sávio de Almeida data do final de março, começo de abril de 1849 o início do “período da guerrilha nas matas”. *Memorial Biográfico*...p.305.

⁴³ ANRJ, IG Alagoas, Quartel da Columna em operações ao Norte em Pernambuco, Vila de Iguarassu, 22 de março de 1849, José Vicente de Amorim Bezerra, Coronel graduado comandante.

⁴⁴ ANRJ, IG (1) 97, 13 de março de 1849, Antonio Maria de Souza, comandante das Armas em Alagoas, ao presidente da Província.

⁴⁵ ANRJ, 26 de março de 1849, o Presidente Antonio Nunes de Aguiar ao Ministro da Guerra

⁴⁶ ANRJ, IJJ (9) 253, Presidente de Pernambuco ao Ministro do Império, 26 de fevereiro de 1850.

⁴⁷ ANRJ, IJJ (9) 253, Ofício reservado do Presidente de Pernambuco para o Visconde de Monte Alegre, Ministro do Império, 15 março de 1850, fl.225.

⁴⁸ ANRJ, IG (1) 97, Guerra, Alagoas. Do quartel do Engenho novo, do Comandante das Armas da Província, José Antonio de Mendonça para o presidente Antonio N. Aguiar, 5 março 1849.

⁴⁹ ANRJ, IG (1) 97, Guerra, Alagoas. Acampamento em Água Preta, 27 de fevereiro de 1849, Ao presidente da província Ant. N. Aguiar, do Mauricio de Barros Rego, capitão mor. O presidente em seu ofício para o Ministro da Guerra, disse que a letra da carta de Maurício era de Pedro Ivo, “segundo foi reconhecido por pessoas que tem dela conhecimento”.

⁵⁰ ANRJ, IG(1)97, Ministério da Guerra, Alagoas, 1846-1849. Em anexo o ofício de Vicente Ferreira de Paula para o Tenente Coronel Comandante José Vieira de Araujo Peixoto, 13 março 1849.

⁵¹ ANRJ, IJJ (9) 253, Império, Pernambuco, 46-52, Reservado de Manuel Viera Tosta para Honório Carneiro Leão. Diz que do dinheiro que mandou dar a Vicente ainda faltava para lhe ser entregue 800\$000. A quantia não deve ter sido pequena. 2 de julho de 1849

⁵² ANRJ, IG (1) 97, Guerra, Alagoas, 1846-1849, Carta de Vicente Ferreira de Paula, Espinho, 6 de Abril de 1849. E terminava dizendo “acreditar que V.Excia tem pureza d’alma para com S. M. Imperial, e por certo terá V.Excia “um humilde cidadão prompto a obedecer-lhe quando de mim precisar”. Incorporava novo papel de cidadão, o novo vocabulário, não se dizia súdito e condicionava o acordo à lealdade do presidente. Outras citações dele no parágrafo são dessa carta.

⁵³ ANRJ, IG, (1) 97, Guerra, Alagoas, ao ministro da Guerra Manoel Felizardo, de Antonio Nunes Aguiar, 11 de abril de 1849.

⁵⁴ ANRJ, IG (1) 97, Guerra, Alagoas, Ao Pres. da Província, Mensagem de agradecimento, Paço da Camara Municipal, 17 abril 1849; Mensagem da Ass. Provincial, Maceió, 21 abril 1849.

⁵⁵ ANRJ, IJJ (9) 253, Império, Pernambuco, Honório ao Visc. de Monte Alegre, 23/julho/1849.

⁵⁶ Em julho de 1849, estimava-se Pedro Ivo no comando de 300 homens e Caetano Alves chefiando cerca de 400. Estradas e veredas estavam ocupadas por piquetes, emboscadas, sentinelas postavam-se nas árvores – carta do comando Batalhão de Artilharia a pé do Bonito, 19/07/1849, apud Luiz Sávio de Almeida, *Memorial Biográfico...*p.308

⁵⁷ ANRJ, IJJ (9) 253, Império, Pernambuco, Manoel V. Tosta para Honório C. Leão, 2/julho/1849.

⁵⁸ *O Brasil*, terça feira, 4 de março de 1845, p.3.

⁵⁹ *O Brasil*, quarta-feira, 9 de fevereiro de 1849, primeira página.

⁶⁰ *O Brasil*, quarta-feira, 23 de maio de 1849, primeira página.

⁶¹ Na matéria de capa do dia 15 de maio, o tema era o *espírito revolucionário*. Como se difundia? Como controlá-lo? Como controlar o país se eram inúmeras as possibilidades de escape, “a facilidade que acham os nossos revolucionários de evitar o encontro das forças regulares”. Como os chefes da anarquia recrutam seus exércitos? É com a bandeira de algum princípio político? Se alguém pretendesse dizê-lo, lhe apresentaríamos Raymundo Gomes, Vinagre, Vicente de Paula...

⁶² Embora houvesse esforço de mostrá-lo como matador, criminoso, não tinham provas.

⁶³ ANRJ, IG (1) 97, Guerra, Alagoas, reservado do presidente José Bento da Cunha Figueiredo ao Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello, 20 de setembro de 1849. Grifo meu.

⁶⁴ Em outubro de 1844 Bernardo de Souza Franco pedia pelo envio de missionários, pois “índios do Cocal e de Jacuhye são induzidos a acompanhar os sediciosos”. ANRJ, IJJ (9) 282, fl.162. Depois em agosto de 1845 o pedido foi reiterado por Henrique Marques d’Oliveira Lisboa. Capuchinhos circularam na região desde 1842. Políticos depositavam muita esperança nessas missões.

⁶⁵ Muito interessante a visão que ele explicita sobre os índios do Cocal, como um poder à parte, ameaçador. O guerreiro Salazar tinha sido central nas batalhas de 1845 e 1846, como mostramos, era considerado um “fiel aliado”. Nesse momento é temido pela independência. Bento Figueiredo classifica os rebeldes como selvagens, afirma que “para que esta província e a de Pernambuco fiquem livre de uma vez das ameaças dos homens das mattas....medidas permanentes, taes como grandes estradas que rasguem as mattas, que facilitem a colonização militar”. ANRJ, IG (1) 97, Guerra, Alagoas, reservado do presidente José B. da C. Figueiredo, 20 de setembro de 1849.

⁶⁶ *O Brasil* de 29 de novembro de 1849. O debate foi intenso e violento – o *Correio Mercantil* dedicou várias edições ao tema, inclusive reproduzindo debates da Camara quando ministros do Estado vão justificar a ação de Honório. Uma das matérias do *Correio* intitulava-se “O despotismo posto em ação e arvorado em doutrina”.

⁶⁷ *Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal*, 29 de dezembro de 1849, p.2. Avisam os leitores que o manifesto foi escrito no dia 25 de novembro, no Acampamento do Cussoeiro, enviado para *O Século*, e “suppomos authenticico”.

⁶⁸ *O Brasil*, 8 de janeiro de 1850, p.2. edição n.1559. Itálico no original. A transcrição da crítica do *Diário* foi na primeira página, 5/jan/1850. Pedro Ivo apareceu no *Brasil* pela primeira vez já na versão desertor, em 1849, mas seu nome foi até 1852 impresso 106 vezes!

⁶⁹ AHEX, Fé de Ofício, Pasta VI / 9/ 106. Era filho do Major Pedro Antonio Velloso da Silveira, entrou como voluntário em 11 de Marco de 1822. Em informe vindo da Província do Pará, foi anotado em sua ficha: “tem 27 anos, não he relaxado, he activo e laborioso, não está instruído suficientemente, não tem nota em desabono.” Tinha cabelos castanhos, olhos pardos.

⁷⁰ Justiniano disse que Vicente F. de Paula tinha participado das fileiras de Pinto Madeira. Se for verdade, talvez os dois tenham lutado ali pela primeira vez.

⁷¹ No final de 1843 foi para o Rio de Janeiro, em diligência, voltando em junho de 1844 para o Recife. Seu filho, também Pedro Ivo Vellozo da Silveira, seguiu carreira militar e era mulato. O histórico do filho está na mesma pasta do pai.

⁷² Como, por exemplo, na edição de 1844 quando contam do ataque dos rebeldes à Maceió, “os briosos pernambucanos, em numero de 200, fizeram fugir 1200 anarchistas, ficando o campo juncado com perto de 300 cadáveres...O capitão Pedro Ivo e o tenente Pedro Affonso cobrirão-se de glória ficando este ultimo ferido em um braço...”

⁷³ O anuncio intitulava-se *Despedida*, e ironizava o comandante , “estando prestes a seguir viagem para a corte do Rio de Janeiro, e tendo em alta consideração as excelentes qualidades do muito prestimoso comandante...despedem-se do mesmo...tão digno sustentador das instituições livres do paiz!...” *Diário Novo*, 29 de novembro de 1843, pg.3

⁷⁴ *Diário Novo*, sábado, 2 de dezembro de 1843, pg.3. Duas edições depois, publicariam uma carta de um leitor também revoltado com a prisão, e no dia 6 de dezembro uma grande matéria para defender, detidamente, os dois oficiais, enaltecendo suas qualidades morais e militares.

⁷⁵ *Diário Novo*, 27 nov 1844, p.3. O jornal publicou a lista de todos os eleitores praeiros, “vencemos completamente a eleição”, ao lado de Pedro Ivo, três tenentes, dois thesoureiros, dois professores, escrivão, visconde de Goiana...os da Boa Vista foram os que receberam mais votos.

⁷⁶ Não localizamos no Arquivo Nacional a correspondência de Pernambuco para o ano de 1850 com o ministério da Guerra, que traria a relação das tropas de linha. Contudo, pela ordem do dia de 16 janeiro de 1850 do comandante das Armas de Pernambuco vemos que não era pequena a mobilização militar. Estavam “em operação contra os rebeldes no sul da Província – duas brigadas, a 1a. composta de um corpo de batedores, o 2o. e o 3o. batalhões de artilharia a pé, o 5o. ditto de fuzileiros e o 8o. de caçadores, ao mando do Coronel graduado José Ferreira de Azevedo; e a 2a. Brigada ao mando do tenente coronel Antonio Maria de Souza, também composta dos batalhões de caçadores, 1o., 2o., e 5o., à primeira pertencerá toda a Guarda Nacional que reunir na comarca de Bonito, e à segunda toda e qualquer força que entrar em operação ao sul da mesma provincial”. Quartel General do comando das armas de Pernambuco na villa de Água Preta, 16 de janeiro de 1850. Cf. *Diário de Pernambuco*, 31 janeiro de 1850.

⁷⁷ ANRJ, IJ 824, Ministério da Justiça, Pernambuco, 18 de maio de 1850. Seu antecessor já gastara 26 contos fornecidos para despesas secretas (carta reservada de Manuel Vieira Tosta para Honório C. Leão, 2 de julho de 1849, em ANRJ, IJJ (9) 253). A pacificação não era barata! E os conservadores iam drenando recursos para buscar a hegemonia. Mas não foi apenas dinheiro que usaram para silenciar a imprensa – prenderam e recrutaram redatores e tipógrafos, varejaram oficinas tipográficas. No Nelson W. Sodré: “Em 11 de janeiro de 1849 a polícia de Figueira de Mello confiscou a edição do *Diário Novo* e espancaram e prenderam os distribuidores. No dia 13, a casa do impressor Santos Caminha foi varejada, dia 25 ele foi preso e recrutado para o exército. A circulação foi suspensa a 1 de fevereiro de 1849”. Números avulsos saíram, até que em fevereiro de 1852 voltou a ser regular, mas apenas até o final de abril. Mas a Tipografia da viúva Roma continuaria imprimindo folhetos e outros jornais liberais – era o controle dessa produção que Honório buscava e por um período conseguiu. Seria impresso nessa tipografia o radical *A revolução de Novembro*, que circulou de 19 de agosto de 1850 até dezembro de 1852. Afonso de Albuquerque Melo, primeiro diretor da folha, “do povo contra o poder”, denunciou no jornal as violências policiais e as ameaças que faziam constantemente à senhora viúva Roma “para ver se desiste da empresa”. Cf Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa...*p.223, 235.

⁷⁸ Peter L. Eisemberg, *Modernização sem mudança...* “A família Santos, liderada por José Rodrigues de Senna Santos e João Félix dos Santos era proprietária de 16 engenhos na região”, p.152.

⁷⁹ APEJE, GN 13, Acampamento Volante no Engenho Lages, 10 de março de 1850, fl.148.

⁸⁰ APEJE, GN 13, Em outra carta, dizia que “tem tornado obedientes mais de 400 proletarios que habitão nos lugares das explorações, para jurar obediência as autoridades”, E reclama no final: e só me convem acabar aguerra ou apassificação da Provincia por que os poucos dias que pouse neste Engenho não posso mal ver a vista

sobre meus trabalhos haveres por que o serviso da tropa expediente de ordens e outras providencias não me dão tempo”. fl.151.

⁸¹ APEJE, GN 13, Acampamento Volante em Ipojuca, 16 de março de 1850, fl.154.

⁸² APEJE, GN 13, fl.213, Acampamento Marxa no Riachão, Coriolano Florentino Alvarenga Maranhão, Comandante, 2 de abril de 1850.

⁸³ Como por exemplo foi recrutado para o Exército “o Guarda Nacional Francisco de Borges, solteiro, 30 anos, além de insubordinado por duas vezes tem pegado em armas a favor da rebeldia. Freguesia do Poço da Panela, 21 de janeiro 1851”, fl.36. Nas relações nominais dos presos encaminhados, de alguns vinha ao lado “tomou parte na revolta”, por vezes especificava-se: “participou da revolta de 1848”, “tomou parte na próxima revolta” – eram tantas que os recrutadores confundiam-se. Os casados em geral eram dispensados, mas como João da Silva Vianna era revoltoso, mesmo com cinco filhos foi para o exército. Por exemplo, listas enviadas no dia 10 de abril, fl.248, e no dia 14 de abril fl.268. APEJE, GN13. Honório em carta de 18 de maio avisava que prendera 10 indivíduos como promotores da Guerra civil nas matas, isolando-os em Fernando de Noronha. Avisou que não era aconselhável deixa-los no Brum, pois teriam fácil contato com pessoas na cidade. Isso foi nos primeiros meses da sua chegada, e avaliava que “sua prisão logo no começo das primeiras tentativas impediu que prestassem à revolta maior concurso”, mas foi obrigado a soltá-los por falta de provas, “não impedindo contudo que sejam de novo presos, se o processo que se vai instaurar os houver de obrigar à prisão”. ANRJ, IJ284. Os mortos vão aparecendo em cada ofício, 4 em uma batalha, 5 em outra, em geral essa média.

⁸⁴ Relação nominal dos indivíduos embarcados na Charrua Carioca:

Capitão Pedro Ivo Vellozo da Silveira, Miguel Affonso Ferreira, Pedro José Alves Correia, Laurindo Justiniano de Mello, Manoel do N. Porto, Agostinho da Silva Guimarães, Bernardo de Almeida Coelho, João dos Santos Lima, Jozé Cordeiro Leal Batinga. Creados: Joaquim Theotonio de Sant’Anna, Marcolino Joaquim dos Santos, João Jozé, Vicente Ferreira dos Santos, Raimundo Ferreira de Miranda. Escravo: Saturnino. ANRJ, IJJ9 253-A, Ministério do Império, Pernambuco, 1849-1850.

⁸⁵ Em ofício ao Comandante das Armas, de Honório Leão, no dia 8 de março de 1850. ANRJ, IJJ9 253-A, Ministério do Império, Pernambuco, 1849-1850. A Fala do Trono de 1849 tinha já suscitado acalorado debate no *Correio Mercantil* durante várias edições, atacando o governo. Em várias dessas matérias Pedro Ivo era dos personagens principais.

⁸⁶ Na edição do dia 9 de maio, publicaram o novo decreto de anistia para Pedro Ivo e Miguel Affonso, cuja cláusula era residir por 6 anos fora do Império. O decreto foi chamado de vergonhoso (pois tinham cumprido a parte deles, depuseram as armas, apresentaram-se). No dia seguinte foi a notícia que Pedro Ivo, preso na Fortaleza de Santa Cruz, recusara-se a assinar o decreto de Anistia. O debate continuaria acalorado. Foram publicados também os debates na Câmara sobre o assunto, com cobranças da oposição, liderada neste momento por Souza Franco. *Correio Mercantil*, 9 e 10 de maio de 1850 e outras edições desse mês e próximos.

⁸⁷ Se os jornais estivessem dispostos a dizer alguma coisa, poderiam afirmar tratar-se de mais um ato da “jurisprudência Honório-Vasconcellina”, como no título de um artigo no *Diário Novo*, ed.256, 25 de novembro de 1843. Supostamente réu de “muitos crimes de mortes e roubos”, não há, mesmo na imprensa, nenhum relato de algum desses crimes – apenas os combates nas guerras. Honório diz então que se não houver “provas dos inumeráveis delitos deste caudilho, para ele ser conservado em Fernando, bastaria a violação da condição da anistia de 1844”. ANRJ, IJ 824, Ministério da Justiça, Pernambuco, Ofício de Honório ao seu sucessor, Comendador José Ildefonso de Souza Ramos, 18 maio 1850.

⁸⁸ IHGB, Coleção Senador Nabuco, DL 365.35, Carta de Teófilo Ribeiro de Resende, Secretário de Polícia, Reservado, ao José T. Nabuco de Araujo, 2 de setembro de 1854.

⁸⁹ IHGB, Coleção Senador Nabuco, Carta confidencial de Teófilo Ribeiro de Resende, Secretário de Polícia, para José T. Nabuco de Araujo, 11 de setembro de 1854.

⁹⁰ Marcus Carvalho, “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira”, Recife, 1848-1849. *Rev. Bras. Hist.* Vol.23, n.45, São Paulo, Julho 2003. Nesse importante artigo o autor procura redimensionar a avaliação de Isabel Marson para quem a Praieira foi resultado de disputas políticas locais, e a de Joaquim Nabuco, para quem os praieiros “representavam o povo pernambucano todo”. Para ele, nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Mas mostra como houve lideranças populares na cidade, artesãos, e vasta participação popular entre as fileiras rebeldes. Ressalta também o forte adensamento de experiência política na população de Recife, palco de diversas revoltas nos anos 1840 e intenso debate, assim como no dito “povo das matas”.

⁹¹ A reconstituição das disputas enfrentadas pelos índios do aldeamento de Escada e Riacho do Mato está na ótima pesquisa de Edson Hely Sila, *O lugar do índio, conflitos, esbulhos...* UFPE, Recife, 1995.

⁹² De toda maneira, seu tio estava no seu encaço, e muito bravo pois perdeu o próprio filho, Fábio, para os rebeldes companheiros do sobrinho.

⁹³ No IHGB, há uma carta de D. Pedro II para Paulino José Soares de Sousa falando da notícia que ouvira sobre uma planejada fuga de “Pedro Ivo, Miguel Affonso, Batinga e o cadete Falcão de Santa Cruz”. Opina pela remoção do cadete Falcão para outra Fortaleza, pede que confira se os oficiais da guarda eram de confiança. E

terminava: “parece que os prezos tem em vista ir à Bahia empregar o unico meio que pode surtir como efeito verdadeiramente aterrador que é o açulamento do baxo povo, ou melhor uma revolução social. Escuso dizer – toda a guarnição de Santa Cruz merece ser vigiada incessantemente”. A carta não está datada. Porque pede especificamente a transferência do cadete Falcão? O imaginário de uma ameaça revolucionária estava presente, e Pedro Ivo era visto como alguém que lideraria o povo. O imperador se corrige, atualizando o vocabulário! IHGB, Arq. Visconde de Uruguai. BR RJHGB, ACP, DL 04,12.

⁹⁴ O *Correio Mercantil* inaugurou no dia 10 de fevereiro de 1851 uma seção publicada às segundas feiras, intitulada *Pacotilha*. Era um espaço de discussão sobretudo política, uma reflexão crítica dos acontecimentos da semana. Era bastante influente, sendo citado por diversos outros jornais, ora com ódio – pelos jornais governistas, ora repercutindo nos jornais da oposição. O redator dessa crônica política, cultural e econômica semanal (ocupava de duas a três páginas do jornal), assinava Carijó, depois Carijó e Comp. Por vezes ele incluía um poema e uma narrativa de ficção.

⁹⁵ Segundo o jornal, foram convidados aqueles que tinham se comovido com a prisão de Pedro Ivo, que simpatizavam com a luta, que chocavam-se com os métodos “absolutistas” do governo. Houve pratos da culinária internacional para caso os estrangeiros estranhassem as comidas brasileiras. Estamos preparando um outro trabalho sobre o banquete e o debate político nesse momento.

⁹⁶ Era escritor hábil, articulado, bem informado e ferino. Uma marca das suas colunas é o nacionalismo. Criticava a escravidão, denunciava que os saquaremas tinham fazendas apinhadas de escravos ilegais. Sabe-se com certeza que a partir de junho de 1852 Manoel Antonio de Almeida era ou o autor, ou um dos autores, pois passa a publicar ali o *Memórias de um Sargento de Milicias*, em capítulos – nessa altura assinava Carijó & Comp, dando ideia que podiam ser dois ou mais redatores.

⁹⁷ Conservadores seguiram dizendo que a oposição estava morta, sem assunto e sem articulação. O *Diário do Rio de Janeiro* publicou uma matéria assinada por R. B., dizendo que o banquete era imaginário, em 16/2. O *Grito Nacional* na edição de 18 de fevereiro, reagiu indignado “O R.B., este miserável ganhador, cuja pena fluctua com o cambio da praça...”, “O R.B. pronto sempre para quanto ha de indigno e torpe, passa a desmentir o *Mercantil*, declarando pela folha oficial que foi imaginário o jantar que na Jurujuba ofereceu-se ao Sr. Pedro Ivo...Ora, para assim proceder, basta que se tenha uma cara sem vergonha, por onde nunca passou o brio e a honra,...para prova do que ahi estão os seus escriptos no *Brasil* (que o vendeu) no R.B. do Jornal do Commercio...”

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Luiz Sávio de, *Memorial biográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas, guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana*, Maceió, EDUFAL, 2008.
- CARVALHO, Marcus, “Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os jacobinos: a Cabanada, 1832-1835”. In Dantas, Monica (org.) *Revoltas, motins, revoluções*, São Paulo, Alameda, 2011, p.169-200.
- CARVALHO, Marcus, “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira”, Recife, 1848-1849. *Rev. Bras. Hist.* Vol.23, n.45, São Paulo, Julho 2003, p.209-238.
- EISEMBERG, Peter L., *Modernização sem mudança, a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*, São Paulo, Paz e Terra, 1977.
- MOSHER, Jeffrey C., *Political Struggle, Ideology and State Building, Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850*, Lincoln, University of Nebraska Press, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de, “No centro das mattas, as colônias militares e os embates dos anos 1850”, In Tania Bessone, Lucia Maria B. P. Neves, Lucia M. P. Guimarães (org), *Elites, Fronteiras e cultura do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Contracapa, 2013, p.111-138.
- SILVA, Edson Hely, *O lugar do índio, conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880)*, Dissertação de mestrado, História, UFPE, Recife, 1995.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, São Paulo: INTERCOM, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011 (1ª. ed. 1966).
- VERSIANI, Flávio Rabelo, Vergolino, José Raimundo O., “Preços de escravos em Pernambuco no século XIX”, *Série Textos para Discussão*, Departamento de Economia, Unb, texto no. 252, Brasília, 2002.